



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

RESOLUCAO Nº350/2023/CONSUP/IFSULDEMINAS

25 de outubro de 2023

Dispõe sobre a Criação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente - EaD do IFSULDEMINAS - Campus Pouso Alegre.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Cleber Ávila Barbosa, nomeado pelo Decreto de 04.08.2022, publicado no DOU de 05.08.2022, seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada no dia 24 de outubro de 2023, **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a Criação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente - EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS - Campus Pouso Alegre.

Art. 2º - Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cleber Ávila Barbosa
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cleber Avila Barbosa, REITOR(A) - CD1 - IFSULDEMINAS**, em 25/10/2023 15:54:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/10/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 397904
Código de Autenticação: 7160aee6be





Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente na Modalidade a Distância

**POUSO ALEGRE – MG
2023**

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITOR DO IFSULDEMINAS

Cléber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Clayton Silva Mendes

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Luiz Carlos Dias da Rocha

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Elisângela da Silva

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Cléber Ávila Barbosa

Representantes dos Diretores-Gerais dos Campi

Aline Manke Nachtigall, João Olympio de Araújo Neto, Renato Aparecido de Souza, Juliano de Souza Caliari, Rafael Felipe Coelho Neves, Alexandre Fieno da Silva, Luiz Flávio Reis Fernandes, e Carlos José dos Santos

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista do Santos

Representantes do Corpo Docente

João Paulo Rezende, Luciano Pereira Carvalho, Márcio Maltarolli Quidá, Rodrigo Cardoso Soares de Araújo, Thiago Caproni Tavares, Carlos Alberto de Albuquerque e Andresa Fabiana Batista Guimarães

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

João Paulo Expedito Mariano, Giuliano Manoel Ribeiro do Vale, Jonathan Ribeiro de Araújo, Dorival Alves Neto, Paula Costa Monteiro, Nelson de Lima Damião, Willian Roger Martinho Moreira, João Paulo Junqueira Geovani, Olímpio Augusto Carvalho Branquinho

Representantes do Corpo Discente

Italo Augusto Calisto do Nascimento, Leonardo Fragoso de Mello, Fernanda Florio Costa, Roneilton Gonçalves Rodrigues, Débora Karolina Corrêa, Hiago Augusto Felix, Danilo Gabriel Gaioso da Silva e Kaylaine Aparecida Oliveira Barra

Representantes dos Egressos

Igor Corsini, Keniara Aparecida Villas Boas, Jorge Vanderlei da Silva, Rafaele Cristina Vicente da Silva, Otávio Pereira dos Santos, Bernardo Sant'Anna Costa, Adriano Carlos de Oliveira e Hellena Damas Menegucci

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno, Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Teovaldo José Aparecido e Ana Rita de Oliveira Ávila Nossack

Representantes do Setor Público ou Estatais

Rosiel de Lima e Cícero Barbosa

Representantes Sindicais

Rafael Martins Neves

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini e Marcelo Bregagnoli

DIRETORES-GERAIS DOS *CAMPI*

Campus Inconfidentes
Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado
Aline Manke Nachtigall

Campus Muzambinho
Renato Aparecido de Souza

Campus Passos
Juliano de Souza Caliari

Campus Poços de Caldas
Rafael Felipe Coelho Neves

Campus Pouso Alegre
Alexandre Fieno da Silva

Campus Avançado Carmo de Minas
João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações
Carlos José dos Santos

COORDENADOR DO CURSO

Prof Dr Marcelo Carvalho Bottazzini

Equipe Responsável pela Elaboração do Projeto Pedagógico		
Nome	Área de Formação	Área de Atuação
Prof Me Joyce Alves de Oliveira	Engenharia Química e Engenharia de Segurança do Trabalho	Engenharia Química, química e Segurança do Trabalho
Prof Me Juliano Romanzini Pedreira	Engenharia Civil e Engenharia de Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho
Prof Dr Marcelo Carvalho Bottazzini	Engenharia Civil e Engenharia de Segurança do Trabalho	Engenharia Civil, Segurança do Trabalho e acústica de ambientes.
Prof Dr Paulo Roberto Labegalini	Engenharia Civil e Doutor em Engenharia de Produção	Engenharia Civil e Segurança do Trabalho.
Prof Ma Rosângela Alves Dutra	Enfermagem e Higiene e Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho e licenciaturas,
Prof Dr Thiago Alves de Souza	Administração e Doutor em Engenharia de Produção	Administração e Segurança do Trabalho.

Apoio Técnico	
Nome	Área de Formação
Daniel Reis da Silva, Me	História
Fabiano Paulo Elord, Esp.	Matemática
Jociana Brugnerotto de Almeida, Ma	Biologia
Marcel Freire da Silva, Me	Filosofia e Teologia
Rodrigo Janoni Carvalho, Me	História e Geografia
Xenia Souza Araújo, Ma	Pedagogia

Lista de Quadros

Quadro 1. Identificação do IFSULDEMINAS	1
Quadro 2. Identificação da Entidade Mantenedora	1
Quadro 3. Identificação do <i>Campus</i>	2
Quadro 4. Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	19
Quadro 5. Corpo docente do <i>Campus</i>	76
Quadro 6. Corpo administrativo do <i>Campus</i>	78

Lista de Tabelas

Tabela 1- Matriz	21
Tabela 2 - Resumo de critérios para efeito de aprovação	59

Lista de Figuras

Figura 1- Representação Gráfica do Perfil de formação	20
---	----

SUMÁRIO

Lista de Quadros	6
Lista de Tabelas	7
Lista de Figuras	8
1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	1
1.1 IFSULDEMINAS - Reitoria	1
1.2 Entidade Mantenedora	1
1.3 IFSULDEMINAS – Campus Pouso Alegre	2
2 DADOS GERAIS DO CURSO	3
3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	4
4 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS POUSO ALEGRE	5
5 APRESENTAÇÃO DO CURSO	8
6 JUSTIFICATIVA	10
7 OBJETIVOS DO CURSO	11
7.1 Objetivo Geral	11
7.2. Objetivos Específicos	11
8 FORMAS DE ACESSO	13
8.1 Pré-matrícula/ Matrícula	13
9 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	14
9.1 Campo de atuação	16
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	17
10.1 Relações-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	17
10.2 Libras	17
10.3 Educação Ambiental	17
10.4 Educação em Direitos Humanos	18
10.5 Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	18
10.6 Representação Gráfica do Perfil de Formação	20
10.7 Matriz Curricular	22
10.8 Metodologia de Ensino	22
10.9 Organização Didática	24
10.10 - Material Didático	26
10.11 Práticas profissionais intrínsecas ao currículo	27
10.12 - Estágio	27
11 EMENTÁRIO	29
12 SUJEITOS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM	51
12.1 Coordenação de EaD no Campus Pouso Alegre	51
12.2 Coordenador de Curso, Equipe Multidisciplinar e Apoio Pedagógico	51

12.3 Professores Formadores/Conteudista	51
12.4 Tutores	52
12.5 O Cursista: Sujeito Ativo do processo Ensino-Aprendizagem	53
13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM	54
13.1 Verificação do rendimento acadêmico	55
13.2 Justificativas de faltas	57
13.3 Da recuperação, reprovação e exame final	57
13.4 Do Conselho de Classe	60
14 TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	61
15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	64
16 POLÍTICAS DE APOIO AO DISCENTE	65
16.1 Assistência Estudantil	65
16.2 Programa de Acompanhamento Psicológico	65
16.3 Programa de Acompanhamento Pedagógico	65
16.4 Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	66
16.5 Demais Programas	67
16.6 Plano Estratégico de Permanência e Êxito	67
16.7 Representação Estudantil	68
16.8 Educação Inclusiva	68
16.9 Regulamento Disciplinar do Corpo Discente	69
16.10 Acompanhamento de Egressos	69
17 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)	70
18 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	71
19 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	73
20 CORPO DOCENTE DO CAMPUS	76
21 CORPO ADMINISTRATIVO	78
22 INFRAESTRUTURA	80
22.1 - Biblioteca	80
22.2 - Instalações, Equipamentos e Laboratórios	82
22.3 Infraestrutura dos polos	83
23 - CERTIFICADOS E DIPLOMAS	84
24 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	86

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 IFSULDEMINAS - Reitoria

Quadro 1. Identificação do IFSULDEMINAS

Nome do Instituto				CNPJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais				10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente: Cléber Ávila Barbosa				
Endereço do Instituto				Bairro
Avenida Vicente Simões, 1.111				Nova Pouso Alegre
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail
Pouso Alegre	MG	37553-465	(35) 3449-6150	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

Fonte: elaborado pelos autores

1.2 Entidade Mantenedora

Quadro 2. Identificação da Entidade Mantenedora

Nome da Entidade Mantenedora				CNPJ
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC				00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente: Getúlio Marques				
Endereço da Entidade Mantenedora				Bairro
Esplanada dos Ministérios, Bloco 1, 4º andar – Ed. sede				Asa Norte
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail
Brasília	DF	70047-902	61 2022-8597	setec@mec.gov.br
Denominação do Instituto				
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.				

Fonte: elaborado pelos autores

1.3 IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre

Quadro 3. Identificação do Campus

Nome da Unidade				CNPJ
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – <i>Campus</i> Pouso Alegre				10.648.539/0008-81
Nome do Dirigente: Alexandre Fieno da Silva				
Endereço do Instituto				Bairro
Avenida Maria da Conceição Santos, 900				Parque Real
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone	E-mail
Pouso Alegre	MG	37560-260	(35) 3427-6600	pousoalegre@ifsuldeminas.edu.br

Fonte: elaborado pelos autores

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Tipo: Subsequente.

Modalidade: Educação a Distância - EaD.

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança.

Local de funcionamento: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *Campus* Pouso Alegre.

Ano de implantação: 2024.

Habilitação: Técnico em Segurança do Trabalho.

Turno de funcionamento: EaD

Número de vagas oferecidas: Conforme edital público de seleção.

Forma de ingresso: Processo seletivo anual.

Requisitos de acesso: Ensino médio completo.

Duração do curso: 18 meses.

Periodicidade de oferta: Anual.

Carga horária total: 1.200 horas

3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criado em 29 de dezembro de 2008, e recredenciado pela Portaria nº 638, de 17 de maio de 2017, como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cujo objetivo era impulsionar o ensino profissionalizante no país. Essa Rede é composta por 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica.

Assim como os demais Institutos Federais, o IFSULDEMINAS tem formação multicampi. Originou-se da união das três tradicionais e reconhecidas escolas agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. Atualmente, também possui *campi* em Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e *campi* avançados em Carmo de Minas e em Três Corações, além de núcleos avançados e polos de rede em diversas cidades da região. Com forte atuação na região sul-mineira, tem como principal finalidade a oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior.

Articulando a tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão, o IFSULDEMINAS trabalha em função do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais da região, capacitando profissionais, prestando serviços, desenvolvendo pesquisas aplicadas que atendam as demandas da economia local, além de projetos de extensão que colaboram para a qualidade de vida da população.

A missão do IFSULDEMINAS é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

4 CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO *CAMPUS* POUSO ALEGRE

O *Campus* Pouso Alegre foi implantado em 10 de julho de 2010 com o propósito de oferecer educação técnica e tecnológica de qualidade, em todos os níveis, associada à extensão e pesquisa, dentro das expectativas e demandas de Pouso Alegre e região.

O *Campus* apresenta um papel muito importante por ser a primeira Instituição Federal de Ensino na cidade, sendo este tipo de instituição nacionalmente reconhecida por oferecer ensino gratuito e de qualidade. A partir de dezembro de 2010 teve início às obras de construção da sede própria na Avenida Maria da Conceição Santos, nº. 900, Parque Real, com área construída inicial de 5.578 m², utilizando o projeto fornecido pelo MEC (Brasil Profissionalizado).

As atividades acadêmicas iniciaram com o Curso Técnico em Agricultura Subsequente, utilizando as estruturas da Escola Municipal Professora Maria Barbosa (CIEM do Algodão). Em 2011 teve início os cursos técnicos em Edificações, na modalidade PROEJA e Administração na modalidade subsequente, funcionando em parceria com a Prefeitura na Escola Municipal Antônio Mariosa (CAIC - Árvore Grande).

Em 2012 iniciaram-se os cursos técnicos em Química, Informática e Edificações na modalidade Subsequente e Informática na modalidade Concomitante. Em 2013 o *Campus* passou a oferecer também o Curso Técnico em Segurança do Trabalho e o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio já em sua sede própria. No início de 2014, o *Campus* passou a ofertar dois cursos superiores: Engenharia Química e Engenharia Civil. Em 2015 iniciaram-se as Licenciaturas em Química e Matemática, assim como o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Engenharia de Segurança do Trabalho e Higiene e Segurança do Trabalho e o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio. Em 2016 foi ofertada a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Matemática e em 2017 o curso de Técnico em Edificações passou a ser também oferecido na modalidade Integrado ao Ensino Médio.

Desde o início das atividades do *Campus* Pouso Alegre foram oferecidos vários cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC's) em parceria com diversas empresas e

associações locais, bem como cursos a distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná. Além disso, a partir de 2012, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), foram oferecidos cursos em Agricultura Familiar, Planejamento e Controle de Produção, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Pessoal, Auxiliar de Biblioteca, Bovinocultura de Leite e de Corte, Desenhista da Construção Civil, Cuidador de Idosos, Auxiliar Financeiro, Inglês, Cabeleireiro, Inspeção Escolar, Agente Comunitário de Saúde, Almoarifado, Manicure e Pedicure, Eletricidade, Artesanato, Língua Portuguesa, Montagem de Equipamentos Eletroeletrônicos, Recepcionista e outros.

Contando com mais de 2.000 alunos matriculados em seus cursos e um conjunto de servidores composto por 43 servidores técnicos administrativos em educação e 75 servidores docentes, o *Campus* Pouso Alegre busca consolidar e expandir sua oferta, criando novos cursos técnicos e superiores buscando sempre atender à demanda da cidade e região, levando sempre em consideração as discussões realizadas pela comunidade acadêmica sem perder de vista as demandas levantadas pela sociedade.

Os objetivos educacionais institucionais não devem perder de vista a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas, o planejamento do trabalho anual e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades.

Para isso, é necessário planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. O planejamento curricular do *Campus* Pouso Alegre busca a superação das diferenças e a promoção da colaboração social, bem como o desenvolvimento dos alunos de forma ampla, superando a fragmentação do conhecimento e garantindo o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

Com base nesta declaração, o IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre identifica o número de estudantes que necessitam de material didático em diversos formatos de acessibilidade, assim como os demais recursos de tecnologia assistiva (lupa digital,

impressora e máquina Braille, cadeira motorizada), além de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do atendimento educacional especializado.

O *Campus* busca também o crescimento e o desenvolvimento dos seus alunos através de atividades educacionais, artísticas, culturais e esportivas como seminários, jornadas científicas e tecnológicas, visitas técnico-culturais, atividades esportivas, bem como participação em projetos de pesquisa e extensão, promovendo atividades que assegurem aos aprendizes seus direitos e desenvolvimento, orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

O desenvolvimento dos aprendizes nas diversas atividades institucionais busca estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana e socialmente justa. O desenvolvimento de competências em nossos alunos norteia o planejamento educacional e diversas atividades sociais e pedagógicas no âmbito da instituição. Os alunos devem “saber” - considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, e devem “saber fazer” - considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Entende-se que a Educação deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, compreendendo a complexidade desse desenvolvimento, que não implica somente na dimensão intelectual, e afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral, considerando o aluno como sujeito da aprendizagem e promovendo uma educação acolhedora para o desenvolvimento pleno, em suas singularidades e diversidades. A escola é um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, que combate a discriminação, o preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

5 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O presente documento se constitui do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente, na modalidade EaD, referente ao eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, instituído pela Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008, a ser ministrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - *Campus* Pouso Alegre.

Este Projeto Pedagógico de Curso está fundamentado nas bases legais que norteiam a educação técnica de nível médio, nos referenciais curriculares e demais resoluções e decretos que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do sistema educacional brasileiro. O curso será realizado ao longo de 1,5 ano (um ano e meio) e o discente terá o dobro do tempo de duração do curso para concluí-lo. O curso terá carga horária total de 1.200 horas.

A carga horária obrigatória será na modalidade EaD, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional. Tal ação se justifica pela necessidade de oportunizar aos discentes vivenciar uma modalidade que permita o desenvolvimento de competências e habilidades adequadas ao mundo do trabalho contemporâneo, como fluência digital, o planejamento, a organização e a administração do tempo, a autonomia e a proatividade, a aprendizagem colaborativa, a comunicação e o *feedback*. Além disso, se justifica pela necessidade de flexibilizar os horários de estudos para o público-alvo, especialmente em outras regiões sem acesso a oferta de cursos técnicos gratuitos, promovendo maior qualidade de vida e acadêmica dos discentes.

O Técnico de Segurança do Trabalho encontra ampla inserção no mercado de trabalho, podendo compartilhar a equipe multidisciplinar voltada à promoção da segurança e saúde nos ambientes de trabalho, participando ativamente do controle de fatores de riscos que possam comprometer a saúde e a produtividade.

Seu campo de atuação é um dos mais diversificados, encontrando sua inserção em locais e ambientes de trabalho tais como: organizações privadas e públicas dos mais variados

ramos de atividades, indústrias, hospitais, comércio, construção civil, portos, aeroportos, centrais de logística, instituições de ensino, unidade de fabricação e representação de equipamentos de segurança, empresas e consultorias para capacitações em segurança do trabalho.

O curso Técnico em Segurança do trabalho, abre possibilidade de formação continuada em cursos de especialização técnica (pós-técnico) tais como:

- Especialização Técnica em Higiene Ocupacional;
- Especialização Técnica em Ergonomia;
- Especialização Técnica em Prevenção e Combate a Incêndio;
- Especialização Técnica em Segurança do Trabalho na Construção Civil;
- Especialização Técnica em Segurança do Trabalho em Petróleo e Gás;

Abre também a possibilidade de verticalização para cursos de graduação (Curso Superior de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura) como:

- Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho;
- Bacharelado em Engenharia Civil;
- Bacharelado em Engenharia Elétrica;
- Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária, etc.

O IFSULDEMINAS - *Campus* Pouso Alegre percebe a importância de uma rede profundamente vinculada às matrizes produtivas locais e regionais, capaz de articular a educação profissional à formação propedêutica, reconhecendo o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social.

6 JUSTIFICATIVA

O município de Pouso Alegre está situado no extremo sul de Minas Gerais, na mesorregião do sul e sudeste de Minas e é considerado como o centro regional das atividades culturais, econômicas e sociais. Sendo considerado como um centro industrial regional. Hoje, tanto o Município quanto o sul de Minas possuem um parque industrial de relevância nacional, promovendo um desenvolvimento econômico em diversas áreas, apresentando uma enorme demanda por profissionais qualificados na área ocupacional.

O *Campus* Pouso Alegre que cumpre as exigências da Lei Federal 11.892/2008 que criou os Institutos Federais e enfatiza a necessidade da sua inserção regional está preparado para atender esta importante demanda.

Tendo em vista o crescimento econômico e industrial acelerado do sul de Minas Gerais, e a grande demanda por profissionais qualificados na área de segurança do trabalho, bem como o aumento da busca por desenvolvimento tecnológico regional para atendimento à nova realidade empresarial, justifica-se a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente, na modalidade EaD.

7 OBJETIVOS DO CURSO

De acordo com o estabelecido pela Resolução CNE/CEB N° 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Educação Profissional articula-se com o aprendizado ocorrido durante o ensino médio em suas diferentes formas de educação, integrando às necessidades do mundo do trabalho e propiciando uma sólida formação no campo da educação geral humanística e científica. Os estudantes do curso estarão aptos para atuar eficazmente no mundo do trabalho, possibilitando prosseguir nos estudos e se posicionar criticamente no mundo.

Neste sentido, serão apresentados os objetivos gerais e específicos do curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente.

7.1 Objetivo Geral

O curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente tem como objetivo geral capacitar profissionais técnicos de nível médio, nos termos da legislação vigente, para, no âmbito dos setores produtivos e de serviços, desempenhar atividades de prevenção de acidentes do trabalho, neles incluídos as doenças profissionais e do trabalho, através de ações e programas específicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro, e propiciando a diminuição do custo social decorrente dos infortúnios laborais, formando profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho para estimular a promoção da “Qualidade de Vida Laboral”, por meio da preservação da saúde dos trabalhadores e da segurança nos processos, ambientes de trabalho e meio ambiente, atendendo ao disposto na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, regulamentada pelo Decreto nº. 92.530, de 9 de abril de 1986, e à demanda de mão de obra especializada existente no âmbito empresarial, visando a capacitação de recursos humanos no campo da Segurança do Trabalho.

7.2. Objetivos Específicos

- Formar profissionais humanizados capazes de auxiliar e gerenciar, mediante tecnologias, o desenvolvimento social diverso da região, de forma sustentável.
- Desenvolver raciocínio lógico, senso crítico e respeito ao próximo.

- Promover o estudo de forma integrada, possibilitando o compartilhamento de ideias inovadoras capazes de atender, eliminar e/ou minimizar os agravos à saúde dos trabalhadores.
- Promover o ensino integralizador, atendendo simultaneamente as obrigações legais e as necessidades de uma sociedade em processo de transformação.
- Qualificar os discentes para antecipar e reconhecer os riscos ambientais.
- Estudar a metodologia de avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores.
- Estudar a implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia.
- Propiciar os conhecimentos suficientes para o correto arquivamento e divulgação de dados.
- Atuar como agentes de incentivo à melhoria da qualidade do meio ambiente.

8 FORMAS DE ACESSO

A admissão ao curso de educação profissional técnica subsequente em Segurança do Trabalho na modalidade a distância será feita pelo IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre, através de edital público que definirá a forma de seleção, respeitado, dentro do quantitativo de vagas do curso, o número de vagas reservadas às ações afirmativas, conforme legislação e normas do IFSULDEMINAS. Por se tratar de uma formação técnica subsequente, as vagas serão destinadas aos alunos que tenham concluído o ensino médio.

8.1 Pré-matrícula/ Matrícula

A pré-matrícula deverá ser efetuada conforme previsto no edital, pelo próprio estudante, se maior de 18 anos, ou pelo representante legal no caso dos alunos menores de 18 anos, nos prazos estabelecidos pelo Setor de Registro Acadêmico do Campus Pouso Alegre, obedecendo diretrizes e procedimentos definidos pela Coordenadoria de Cursos de Educação a Distância, ficando resguardado ao aluno o direito de realizar a pré-matrícula de forma on-line, ou de forma presencial no Polo de Apoio, sem necessidade de deslocamento até ao campus ofertante. O estudante que não realizar a Pré-matrícula no período estabelecido no edital público, perderá o direito à vaga, conforme Resolução CONSUP nº 55/2018.

Não será permitida a troca de curso no decorrer do processo de confirmação da matrícula. O candidato que não confirmar sua matrícula, no prazo estabelecido, terá sua inscrição automaticamente cancelada. Não será permitido o trancamento de matrícula.

A não realização da Renovação da Matrícula ao final de cada semestre cursado implicará na mudança de *status* do aluno no SISTEC para evadido e perda do direito à vaga no semestre seguinte, conforme Resolução CONSUP nº 55/2018.

9 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Ao concluir o curso Técnico em Segurança do Trabalho, o egresso deverá ter desenvolvido um conjunto de competências técnicas e humanísticas capaz de atender às atuais demandas da sociedade, o que, contudo, não significa reproduzir mecanicamente valores e posturas. Deverá ser um indivíduo com postura crítica, responsável, ética e científica, respeitando as diferenças e o meio ambiente, contribuindo para ser um agente transformador, seja no mundo do trabalho, na família ou na vida em sociedade para o desenvolvimento socioeconômico do país, atuando nas diversas áreas do setor produtivo e de serviços.

O egresso do curso Técnico em Segurança do Trabalho poderá atuar em áreas como: planejamento e gestão de segurança do trabalho; análise dos métodos e os processos laborais; identificação dos fatores de riscos de acidentes e de doenças profissionais; realização de procedimentos e orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos; elaboração de procedimentos de acordo com a natureza da empresa; promoção de programas, eventos e capacitações; divulgação de normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional; indicação, solicitação e inspeção de equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio; levantamento de dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas; produção de relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

São atribuições do profissional de Segurança do Trabalho:

- Analisar procedimentos de rotina, indicar medidas e sistemas de proteção coletiva e equipamentos de proteção individual;
- Conhecer e interpretar a legislação e normas técnicas de segurança e saúde no trabalho;
- Coletar dados e informações capazes de identificar os locais de risco de acidentes pessoais e materiais, visando à recomendação de mecanismos que corrijam as deficiências de máquinas, equipamentos, de organização de trabalho, reduzindo, assim, a possibilidade de interrupção da linha produtiva por eventual ocorrência de acidente de trabalho;
- Identificar e avaliar rotinas, protocolos de trabalho, instalações e equipamentos;
- Elaborar planos, instrumentos de avaliação, programas de segurança, normas e

- regulamentos internos;
- Aplicar primeiros socorros em situações de emergência;
 - Desenvolver programas de prevenção, palestras, cursos para a redução dos acidentes e controle de riscos, gerando assim a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da produtividade no ambiente de trabalho;
 - Estabelecer entre empregador e trabalhadores procedimentos que permitam atuações conjuntas nos diversos setores frente aos acidentes de trabalho, doenças e sinistros;
 - Divulgar conhecimentos sobre as necessidades da segurança em benefício do desenvolvimento dos trabalhadores e da empresa.
 - Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle e ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador.
 - Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho.
 - Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes.
 - Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias.
 - Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação.
 - Analisar os métodos e os processos laborais.
 - Identificar fatores de risco de acidentes de trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador.
 - Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos.
 - Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa.
 - Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ambientais.
 - Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional.
 - Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio.
 - Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas.
 - Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

9.1 Campo de atuação

Locais e ambientes de trabalho:

- Organizações privadas e públicas dos mais diversos ramos de atividades;
- Indústrias;
- Hospitais;
- Comércio;
- Construção civil;
- Portos;
- Aeroportos;
- Centrais de logística;
- Instituições de ensino;
- Unidades de fabricação e representação de equipamentos de segurança;
- Empresas e consultorias para capacitações em segurança do trabalho.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A matriz curricular está organizada em regime semestral, com carga horária obrigatória de 1.200. Para atender a alunos com necessidades específicas, quando houver, haverá a elaboração de um currículo adaptado e desenvolvido em colaboração com a equipe do NAPNE e colegiado do curso.

10.1 Relações-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Em atendimento à Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, à Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 e à Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho prevê neste projeto o trabalho com as relações étnico-raciais e o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena que será tratado de forma transversal. Os valores inerentes (combate ao preconceito, igualdade humana e justiça social) devem inspirar a atuação cotidiana do professor e dos demais funcionários. O *Campus* a eles adere incondicionalmente.

10.2 Libras

Será ofertada, em caráter obrigatório, no primeiro semestre, a disciplina de Libras, com duração de 50h, divididas entre aulas práticas e teóricas, em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Por se tratar de uma língua oficial das comunidades surdas brasileiras, a Libras deve ser estudada no âmbito da formação profissional visando à inclusão social e linguística. Neste sentido, o IFSULDEMINAS, ao inserir a disciplina em sua grade curricular, objetiva contribuir significativamente com a formação e futura atuação profissional de um técnico em Segurança do Trabalho mais acessível e inclusivo.

10.3 Educação Ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho prevê o trabalho com Educação Ambiental, em especial na disciplina de Gestão Ambiental. No entanto, os valores inerentes à educação ambiental permeiam o trabalho dos professores em todas as áreas, pois são assumidos pelo *Campus* como vitais para sociedade.

10.4 Educação em Direitos Humanos

Em atendimento a Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012, o Curso Técnico em Segurança do Trabalho atende as Diretrizes Nacionais para Educação Direitos Humanos, prevendo neste projeto o trabalho com Direitos Humanos em todas as disciplinas e professores são instados a trabalhar comprometidos com a sua promoção, esclarecimento e combate a toda forma de atitudes com eles contrastantes. Não se trata de trabalhar com ela em forma de conteúdo num curso subsequente, mas de maneira diluída e sempre presente, como um horizonte do qual não se pode afastar.

Na verdade, a orientação do *Campus* sobre os valores referentes à igualdade racial, educação ambiental e direitos humanos é que devem estar diluídos no fazer cotidiano de cada um e façam parte de um estado de espírito, sem o qual, atividades isoladas poderão se transformar em mero ritual com pouca significação.

10.5 Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

Dentre as atividades de ensino, além das aulas regulares do curso, propõe-se a realização de uma série de atividades complementares como exposições, dias temáticos, palestras, programas de monitoria, grupos de estudos, e viagens técnicas.

As atividades de pesquisa e extensão ocorrem principalmente através de diversos projetos desenvolvidos pelos professores do curso nos quais os alunos atuam como bolsistas ou voluntários, tendo a possibilidade de participarem da elaboração de artigos e eventos científicos.

Além do seu trabalho com o ensino, a instituição se dedica às atividades de extensão e pesquisa de forma correlacionada, formando três pilares indissociáveis. As ações de extensão constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre o IFSULDEMINAS - *Campus* Pouso Alegre e a sociedade e tem por objetivo geral incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seus recursos para esse fim. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico, culturais e desportivos, articulando-se ao ensino e à extensão e envolvendo todos os níveis e

modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Neste sentido, são desenvolvidas ações de apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão apresenta-se como critério articulador, perpassando toda a oferta de educação profissional oportunizada. Nesse viés, são conceitos fundamentais: o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a interdisciplinaridade como método. Assim, o ensino consistente, ancorado em bases científicas, possibilita a realização de pesquisas que, por meio da produção de saberes, podem direcioná-lo. Essa produção, por sua vez, retroalimenta o ensino, viabiliza a incorporação de novos conhecimentos e a releitura dos já disponíveis. Da mesma forma, a extensão, ao socializar o conhecimento, proporciona o *feedback* para as atividades de ensino e de pesquisa.

10.6 Representação Gráfica do Perfil de Formação

Com o propósito de favorecer a interdisciplinaridade, a proposta pedagógica do curso está organizada contemplando disciplinas de formação geral juntamente com as disciplinas técnicas em cada módulo. A intenção é direcionar a necessidade de uma educação profissional e tecnológica de conhecimentos científicos, experiências e saberes advindos do universo social e do mundo do trabalho. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas que articulam os conceitos de trabalho, segurança do trabalho, ciência, tecnologia e cultura, preparando o aluno para sua atuação no mundo do trabalho de maneira segura, saudável e eficiente.

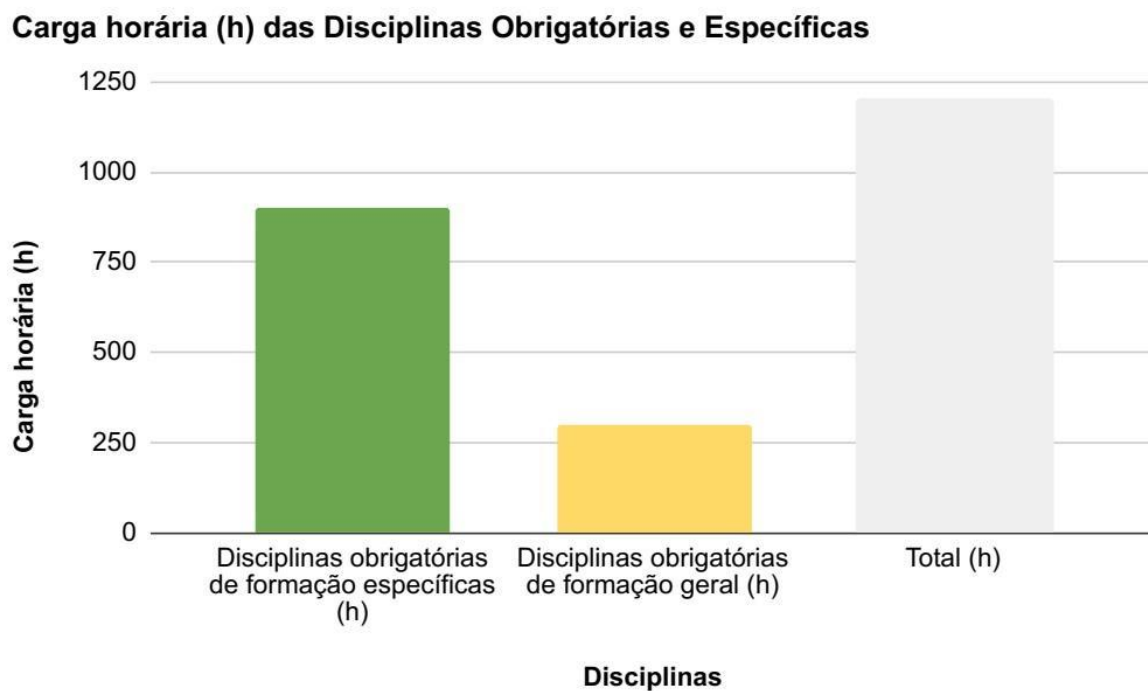
A representação gráfica do perfil de formação é apresentada por meio do quadro 4 e da figura 1.

Quadro 4. Representação Global do Perfil de Formação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente, na modalidade EaD, por carga horária (h) e proporcionalidade em (%) da formação específica e geral.

Representação Gráfica do Perfil de Formação		
Disciplinas	Carga horária (h)	Proporcionalidade %
Disciplinas obrigatórias de formação específicas (h)	900	75
Disciplinas obrigatórias de formação geral (h)	300	25
Total (h)	1200	100

Fonte: elaborado pelos autores

Figura 1. Representação Global do Perfil de Formação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente, na modalidade EaD.



Fonte: elaborado pelos autores

10.7 Matriz Curricular

Tabela 1- Matriz

Matriz Curricular			
Curso Técnico em Segurança do Trabalho - Modalidade Educação a Distância			
Componentes curriculares	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga horária Total
Primeiro Semestre			
Introdução à Segurança do Trabalho	45	5	50
Sociologia do Trabalho	45	5	50
Segurança do Trabalho I	50	10	60
Saúde do Trabalhador I	50	10	60
Gerenciamento de Riscos	40	10	50
Legislação e Normas Técnicas	35	5	40
Informática Básica	35	5	40
Libras	40	10	50
Carga Horária	340	60	400
Segundo Semestre			
Higiene do Trabalho I	50	10	60
Desenho Arquitetônico	50	10	60
Segurança do Trabalho II	50	10	60
Saúde do Trabalhador II	50	10	60
Prevenção e Combate a Incêndios	50	10	60
Gestão da Qualidade	40	10	50
Ética Profissional	40	10	50
Carga Horária	330	70	400
Terceiro Semestre			
Higiene do Trabalho II	50	10	60
Ergonomia	50	10	60
Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações	50	10	60
Psicologia do Trabalho, Comunicação e Treinamento	50	10	60
Governança Ambiental, Social e Corporativa	40	10	50
Empreendedorismo	50	10	60
Oratória e Expressão Corporal	40	10	50
Carga Horária	330	70	400
Carga Horária Total	1000	200	1200

Fonte: elaborado pelos autores

10.8 Metodologia de Ensino

Para o desenvolvimento da Proposta Pedagógica serão adotadas estratégias diversificadas, que possibilitem a participação ativa dos alunos para que desenvolvam as habilidades, competências e valores inerentes à área de atuação e que focalizem o contexto do trabalho, estimulando o raciocínio para solução de problemas e a construção do conhecimento necessário às atividades relacionadas com seu campo de trabalho e com os objetivos do curso.

Tais estratégias devem incentivar a flexibilidade de comportamento e de autodesenvolvimento do aluno no que diz respeito às diversidades e às novas técnicas e tecnologias adotadas em situações reais de trabalho, com avaliação contínua e sistemática, voltada para a aprendizagem com autonomia.

Evidencia-se a busca pela contextualização do ensino, pelo aprender fazendo, primando pela construção do conhecimento onde teoria e prática sejam indissociáveis, possibilitando formação de sujeitos críticos e responsáveis, tanto social como sustentavelmente, durante todo o processo formativo. Há de se resguardar a construção de itinerários formativos que atendam às características, interesses e necessidades dos estudantes e às demandas do meio social, privilegiando propostas com opções pelos estudantes.

Os procedimentos didático-pedagógicos devem auxiliar os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentos e atitudes. Para tanto, propõe-se para os docentes:

- Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das aulas realizadas, sejam presenciais ou à distância, ministrando-as de forma interativa por meio do desenvolvimento de projetos, atividades laboratoriais, seminários, atividades individuais e atividades em grupo, com acompanhamento de ferramentas virtuais como a criação de grupos para debate e discussão das atividades mediadas pelo docente;
- Problematizar o conhecimento, sem se esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do aluno, incentivando-o a buscar a confirmação do que estuda em diferentes fontes;
- Entender a totalidade como uma síntese das múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade, articulando e integrando os conhecimentos de diferentes áreas;
- Elaborar materiais digitais a serem trabalhados em aulas expositivas e à distância e atividades em grupo;
- Elaborar estratégias pedagógicas que contemplem as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais.
- Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas.

10.9 Organização Didática

A consolidação dos princípios educativos será garantida por meio de uma equipe, composta de Professor Formador, Professor Mediador, Coordenação de Curso, Design Instrucional, Coordenador de plataforma, Equipe Administrativa, Equipe Pedagógica e Secretaria, que trabalharão o planejamento, a organização, a execução, a assessoria e a orientação do processo de aprendizagem, dando ênfase a uma postura de construção do conhecimento, numa metodologia dialética, na qual se propicie a passagem de uma visão do senso comum – o que o aluno já sabe com base em suas experiências de vida, a uma formação de novos conceitos/científicos.

Tudo isso mediante o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à mobilização do aluno para o conhecimento, a disponibilização de instrumentos que lhe proporcione oportunidades de construir conhecimentos novos e o desenvolvimento da capacidade de elaboração de sínteses integradoras do saber construído com aqueles que já possuíam anteriormente.

O aluno será o centro do processo. Através da condução “não diretiva” do processo é que o aluno construirá sua própria aprendizagem. Os professores fornecerão os instrumentos e conteúdos necessários à construção dos conceitos científicos que sejam os conhecimentos.

O Professor mediador deverá incentivar permanentemente e sensibilizar o aluno sobre o que vai fazer. Deve-se valorizar a importância da participação do aluno em todo processo de orientação e aprendizagem, considerando-o como sujeito de sua aprendizagem.

Os estudantes deverão ser capazes de sair de uma postura passiva, assumindo um papel mais ativo no processo, tornando-se agentes de sua própria aprendizagem na busca da construção dos seus conhecimentos. Para tal, serão disponibilizados meios para que o estudante desenvolva sua capacidade de julgamento, de forma suficiente, para que ele próprio esteja apto a buscar, selecionar e interpretar informações relevantes ao aprendizado.

Um dos pontos chave para o sucesso na formação do profissional Técnico em Segurança do Trabalho é a motivação do estudante. Pensando em maneiras de resolver essa questão, os Professores, junto com os Professores mediadores devem ter a preocupação real

com uma orientação efetiva do aluno que apresenta dificuldades. Outro importante fator a ser considerado é a atualização dos conhecimentos e suas aplicações. Os assuntos relativos às novas tecnologias tendem a despertar um grande interesse nos estudantes, bem como suas relações com a sociedade.

É de total importância, para o êxito deste projeto, que as atividades propostas no curso propiciem oportunidades para o desenvolvimento das habilidades complementares, desejáveis aos profissionais da área, vendo o aluno como um todo, relacionando também suas atitudes e respeitando as peculiaridades de cada disciplina/atividade didática, bem como a capacidade e a experiência de cada docente. O estímulo e o incentivo ao aprimoramento dessas características devem ser continuamente perseguidos, objetivando sempre a melhor qualidade no processo de formação profissional.

O modelo de educação a distância a ser utilizado é o do aprendizado independente com aulas. Este modelo de educação a distância utiliza materiais impressos ou disponíveis por meio eletrônico, além de outras mídias para que o aluno possa estudar em seu ritmo próprio. Aliados ao estudo autônomo são realizados encontros presenciais bem como o uso de mídias interativas com o professor e colegas.

Todos os conteúdos e os exercícios avaliativos a distância serão disponibilizados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os professores poderão utilizar diversas estratégias e ferramentas avaliativas de acordo com os componentes curriculares ministrados e com a prática pedagógica de cada professor.

O ensino a distância é dividido em dois momentos distintos e bem definidos, os momentos presenciais e os momentos a distância:

Os Momentos presenciais: serão realizados nos polos com a mediação de um professor mediador e planejados pelo professor formador de cada disciplina ou coordenador de curso. As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário acadêmico de oferta nos Polos de Apoio Presencial. Demais momentos presenciais para orientação dos estudos serão ofertados nos polos e mediados pelo tutor presencial. Os polos deverão garantir espaços que permitam a interação, constante reflexão, atividades práticas, debates, avaliação dos

conteúdos e o encaminhamento aos estudos independentes.

Os encontros e atividades presenciais serão realizados de forma a atender no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária e nota em atividades e avaliações ofertadas nos polos, conforme dispõe o artigo 45 da Resolução Nº 055/2018 e o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Os Momentos não presenciais: são destinados à realização das atividades que estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem AVA/IFSULDEMINAS. Os materiais disponibilizados via internet, no AVA, possibilitar ao cursista acessar os conteúdos e as informações relativas às disciplinas do curso e aproveitar o potencial pedagógico do computador, por meio da troca de mensagens, da oferta de materiais complementares de estudo, da participação em bate-papo e em fóruns de discussão, além da troca de questionamentos e orientações. Assim, o ambiente virtual será uma importante ferramenta pedagógica para o relacionamento do aluno com o seu Professor mediador e com os outros atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do curso.

10.10 - Material Didático

O material didático a ser utilizado para o desenvolvimento de cada um dos conteúdos propostos buscará estimular o estudo e produção individual de cada aluno, não só na realização das atividades propostas, mas também na experimentação de práticas centradas na compreensão e experimentações.

Todo o material didático constitui-se como dinamizadores da construção curricular e também como um elemento balizador metodológico do Curso. Serão utilizados materiais elaborados pelos professores conteudistas e estes serão oferecidos somente no ambiente virtual.

Serão disponibilizados na jornada de aprendizado dos alunos, um conjunto de recursos de aprendizagem disponíveis no ambiente Web, ou audiovisual. Cada disciplina do curso utilizará material em diversas mídias, conforme seu planejamento pedagógico, onde constará o conteúdo que o aluno precisa estudar, além de exercícios. Esse material será colocado ao dispor dos alunos nos polos ou por meio da Web no AVA.

O conteúdo e formatação do material didático serão específicos para linguagem EAD, relacionando teoria e prática de maneira integrada à plataforma do AVA e atenderá na forma da versão eletrônica.

10.11 Práticas profissionais intrínsecas ao currículo

A realização de trabalhos e pesquisas por parte dos docentes junto aos alunos, com apoio da equipe técnica do *Campus*, busca incentivar e dar suporte ao aprendizado e aperfeiçoamento do conhecimento adquirido pelo aluno em sala de aula.

Na promoção da formação integral ressalta-se a indissociabilidade entre educação e prática social, que considera a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos; e a ênfase na relação entre teoria e prática nos processos de ensino e aprendizagem e de avaliação, garantindo ao estudante sua participação ativa no processo de construção da aprendizagem.

A compreensão da educação como práxis, constituída no campo do discurso e da ação sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, tem como objetivo formar cidadãos crítico-reflexivos, éticos, dotados de competência técnico-científica e que sejam protagonistas da constituição de uma sociedade alicerçada em valores humanistas.

O trabalho como princípio educativo, alinha a visão de homem, sociedade e educação. Nessa perspectiva, o trabalho é um processo consciente pelo qual a sociedade se constitui, os homens criam e recriam a si próprios e suas relações sociais. Na educação profissional, científica e tecnológica, assumir o trabalho como princípio educativo significa integrá-lo à ciência, à tecnologia e à cultura, que formam a base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular do curso. Isso inclui a promoção da realização de práticas profissionais que possibilitem ao estudante o contato com o mundo do trabalho e assegurem a formação teórico-prática intrínseca ao perfil de formação técnica, por meio de atividades profissionais, projetos de intervenção, experimentos e atividades em ambientes especiais, tais como: laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês, dentre outras.

10.12 - Estágio

É facultativo ao aluno realizar estágio na modalidade **não-obrigatório**, enquanto possuir vínculo com a instituição de ensino, e cuja remuneração por meio de bolsa e/ou auxílio da empresa/instituição, pagamento de auxílio transporte e seguro de vida para o aluno

por parte da concedente de acordo com legislação vigente.

O estágio é regido pela Lei nº. 11.788/2008, pela Orientação Normativa nº. 7/2008, pela Orientação Normativa nº 2/2016, pela Resolução CNE/CEB nº 1/2004, pela Nota Técnica nº 1.279/2017-MP, pelos Pareceres da Procuradoria Federal do IFSULDEMINAS e também pela Normatização de Estágio para os Cursos Técnicos e Superiores do IFSULDEMINAS Normas de Estágio aprovada pela Resolução nº. 097/2019 do IFSULDEMINAS.

11 EMENTÁRIO

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Introdução à Segurança do Trabalho			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 45 h	Prática: 5 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
Histórico da Segurança do Trabalho; O homem e o trabalho; Caracterização da segurança do trabalho em todos os níveis de atuação do técnico, suas responsabilidades, conceituando e classificando os vários tipos de acidentes; Conceito legal de acidente do trabalho; conceito prevencionista de acidente de trabalho; CAT; Panorama dos acidentes de trabalho no Brasil; Causas dos acidentes; Aspectos Econômicos, Sociais e Humanos dos acidentes; Custos dos acidentes.			
Bibliografia Básica			
1. COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barroso da. Segurança e Saúde no Trabalho: cidadania, competitividade e produtividade. 1. reimp. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 2. EQUIPE DE LEGISLAÇÃO ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho. 71. ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2013. 3. SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. A Saúde do Trabalhador como um Direito Humano: conteúdo essencial da dignidade humana. São Paulo: LTR, 2008.			
Bibliografia Complementar			
1. CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 1999. 254 p. 2. GALAFASSI, Maria Cristina. Medicina do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1999. 3. OPITZ JUNIOR, João Baptista. Medicina do Trabalho e Perícia Médica: visão cível, criminal e trabalhista. São Paulo: Santos, 2011. 4. RODRIGUES, Marcus Vinícius. Qualidade de Vida no Trabalho: evolução e análise no nível gerencial. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 5. ZOCCHIO, Álvaro. Como Entender e Cumprir as Obrigações Pertinentes à Segurança e Saúde no Trabalho: um guia e um alerta para os agentes e chefia das empresas. 2. ed. São Paulo: LTR, 2008.			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Sociologia do Trabalho			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 45 h	Prática: 5 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
A dimensão do trabalho na vida humana. As transformações no mundo do trabalho através da história: a das relações sociais de trabalho; a da tecnologia dos processos de produção e; a organização do trabalho e da gestão. O sofrimento social, trabalho e desgaste mental na pós-modernidade.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BAUMAN, Zygmunt. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 2. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 3. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. rev. e atual. Juntamente com Philip W. Sutton. Porto Alegre: Penso, 2012. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: introdução à filosofia: 1º, 2º e 3º anos: ensino médio. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2016. 400 p. 2. BOTTOMORE, T. B (Ed). Dicionário do pensamento marxista. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2012. 3. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. A filosofia como medicina da alma. São Paulo: Manole, 2012. 4. KRUPPA, Sonia M. Portella. Sociologia da educação. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. 308 p. 5. SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre: Artmed, 2010. 240 p. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Segurança do Trabalho I			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
Estatísticas sobre acidentes; Taxa de frequência e Taxa de gravidade; Inspeção de Segurança; NR 01, NR 03, NR 04 e NR 05.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. EQUIPE ATLAS. Segurança e Medicina do Trabalho: NR-1 a 35, CLT-arts. 154 a 201 – Lei nº 6.514, de 1977, portaria nº 3.214, de 8-6-1978, legislação complementar, índices remissivos. 70. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 2. PEREIRA, Alexandre Demetrius. Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos – NR 1 a NR 6. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011. 416 p. v. 1. 3. SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. Insalubridade e Periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 13. ed. São Paulo: LTr, 2014. 256 p. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. São Paulo: Atlas, 2012. 254 p. 2. GARDIN, Eduardo Oliveira. Alerta de Perigo. São Paulo: LTR, 2001. 3. GONÇALVES, Edwar Abreu. Segurança e Saúde no Trabalho em 600 Questões Objetivas. São Paulo: LTr, 2004. 4. MATSUO, Myrian. Acidentado do trabalho: reabilitação ou exclusão? São Paulo: Fundacentro, 2002. 238p. 5. ZOCCHIO, Álvaro. Prática da Prevenção de Acidentes: ABC da segurança do trabalho. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2002. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Saúde do Trabalhador I			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
Do campo da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Organização Internacional do Trabalho (OIT). O adoecimento dos trabalhadores e a relação com o trabalho. Estabelecimento do nexos causal da doença com o trabalho. Os principais agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil. Qualidade de vida no trabalho.			
Bibliografia Básica			
1. GONÇALVES, Danielle Carvalho; GONÇALVES, Isabelle Carvalho; GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no trabalho . 6. ed. São Paulo: LTr, 2015.			
2. LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Qualidade de vida no trabalho? QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
3. MENDES, René (Org.). Patologia do trabalho . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. 2 v.			
Bibliografia Complementar			
1. BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do trabalho: guia prático e didático . 2. ed. atual., e rev. São Paulo: Érica, 2018. 320 p.			
2. BREVIOLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos . 8. ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2015. 453 p.			
3. CHAGAS, Ana Maria de Resende; SALIM, Celso Amorim; SERVO, Luciana Mendes Santos (Org.). Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores . 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 2013. 392 p.			
4. DRAY, Guilherme M DRAY, Guilherme Machado. O princípio da proteção do trabalhador . São Paulo: LTr, 2015. 576 p.			
5. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho . São Paulo: Rideel, 2014. 1092 p.			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Gerenciamento de Riscos			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 40 h	Prática: 10 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
Riscos Ocupacionais; Ferramentas para análise de riscos; Programas de prevenção de riscos.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Controle de riscos: prevenção de acidentes no ambiente ocupacional. São Paulo: Érica, 2014. 120 p. 2. BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 5. ed. São Paulo: Ed. SENAC – São Paulo: 2010. 448 p. 3. PEPLOW, Luiz Amilton. Segurança do Trabalho. Curitiba: Base, 2010. 256 p. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BINDER, M.C.P., et al. Árvore de Causas: método de investigação de acidentes de trabalho. 2 ed. São Paulo: Ed. Publisher Brasil, 1996. 2. EQUIPAMENTOS GULIN. Guia para elaborar análise de risco. São Paulo: [s. n.], 2012. 55 p. 3. FANTAZZINI, L. M.; CICCIO, F.M.G.^aF. Técnicas Modernas de Gerência de Risco. 3 ed. São Paulo: IBGR, 2006. 4. FANTAZZINI, L. M. Introdução a Engenharia de Sistemas. São Paulo: Fundacentro, 1991. 5. GARCIA, Eduardo A. C.; ALVES FILHO, José Prado. Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos. São Paulo: Fundacentro, 2005. 51 p. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Legislação e Normas Técnicas			
Carga Horária: 40 h	Teórica: 35 h	Prática: 5 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
<p>Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Atribuições profissionais: engenheiro de segurança do trabalho, médico do trabalho, enfermeiro do trabalho e técnico de segurança do trabalho. Normas Regulamentadoras. Portarias normativas e outros dispositivos legais. Embargo e interdição. A Organização Mundial do Trabalho (OIT). Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 1640 p. 2. MANUS, Pedro Paulo Teixeira. Direito do Trabalho: aplicação da norma trabalhista, dinâmica do contrato de trabalho, trabalho da mulher e do menor. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 350 p. 3. SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Curso de Iniciação ao Direito do Trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 425 p. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAÚJO, Giovanni Moraes de (Org.). Fundamentos para Realização de Perícias Trabalhistas, Acidentárias e Ambientais: aspectos técnicos e legais. Vol. 1. Rio de Janeiro: GVC, 2008. 532 p. 2. BARSANO, Paulo Roberto. Legislação aplicada à segurança do trabalho. São Paulo: Érica, 2014. 160 p. 3. GIGLIO, Wagner D.; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito Processual do Trabalho: 16. ed. rev., ampl. e adaptada à EC n. 45/2004 e às Leis n. 11.232/2005, 11.276/2006, 11.277/2006, 11.280/2006, 11.382/2006, 1.417/2006, 11.418/2006, 11.419/2006 e 11.457/2007. São Paulo: Saraiva, 2007. 640 p. 4. NEGRINI, Daniela Aparecida Flausino. Acidente do Trabalho e suas Consequências Sociais. São Paulo: LTr, 2010. 96 p. 5. OLIVEIRA, Aristeu de. Cálculos Trabalhistas. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 462 p. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Informática Básica			
Carga Horária: 40 h	Teórica: 35 h	Prática: 5 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
Conhecimentos no uso de recursos de armazenamento em nuvem e no uso de ferramentas computacionais para elaboração de textos, planilhas de cálculo e apresentações.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. MANZANO, José Augusto N. G. BrOffice.org 3.2.1: guia prático de aplicação. São Paulo: Érica, 2010. 208 p. ISBN 978-85-3650-286-1 (broch.). 2. MANZANO, André Luiz N. G; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo dirigido de Microsoft Word 2013. 1. ed. São Paulo: Érica, 2013. 158 p. (Coleção P. D.). ISBN 978-85-365-0456-8. 3. MANZANO, André Luiz N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office PowerPoint 2010. São Paulo: Érica, 2010. 192 p. (Coleção PD. Estudo dirigido). ISBN 978-85-3650-296-0. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. SILVA, Mário Gomes da. Informática: terminologia básica: Windows XP, Word XP. 11. ed. São Paulo: Érica, 2009. 324 p. ISBN 978-85-7194-865- 5 (broch.). 2. SILVA, Mário Gomes da. Informática básica: Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Office Excel 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Office PowerPoint 2003. 6. ed. São Paulo: Érica, 2008. 380 p. ISBN 978-85-3650-104-8. 3. MCFEDRIES, Paul. Fórmulas e funções com microsoft excel. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005. 606 p. ISBN 798-85-7393-376-3. 4. MANZANO, André Luiz N. G. Estudo dirigido de Microsoft Excel 2013. 1. ed. São Paulo: Érica, 2013. 208 p. (Coleção P. D.). ISBN 978-85-365-0449-0. 5. FEDELI, R. D.; POLLONI, E.; PERES, F. Introdução à Ciência da Computação. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2. ed. 2010. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Libras			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 40 h	Prática: 10 h	Período: 1 ° Semestre
Ementa			
Construção histórica da surdez e das línguas de sinais. Surdez: visão clínico-patológica e socioantropológica. Aspectos linguísticos da Libras: variações linguísticas, fonologia, morfologia e sintaxe. A Libras nas interações comunicativas da vida social e profissional.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. (Ed.). Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2013. 2 v. 2. GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. 3. SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes. Livro ilustrado da Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. 2. KARNOPP, L. B.; QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3. SKLIAR, C. (Org). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. 4. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática da língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995. 5. FERNANDES, Eulália. Linguagem e Surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Higiene do Trabalho I			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 2 ° Semestre
Ementa			
<p>Conceitos básicos sobre riscos ambientais, identificação de riscos ambientais, técnicas de avaliação dos riscos ambientais e seus efeitos sobre o organismo humano e o meio ambiente. Estudo da Norma Regulamentadora NR 15 e seus anexos, onde são vistas as atividades e operações insalubres.</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 5. ed. São Paulo: Ed. SENAC – São Paulo, 2010. 448 p. 2. MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares (orgs.). Higiene e Segurança do Trabalho. São Paulo: <i>Campus</i>; ABEPRO, 2011. 419 p. 3. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. São Paulo: Rideel, 2014. 1092 p. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CORRÊA, Márcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012. 143 p. 2. FELIX, Maria Christina (Coord.). Engenharia de segurança do trabalho na indústria da construção: acessos temporários de madeira, medidas de proteção contra quedas de altura, instalações elétricas temporárias em canteiros de obras. 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 2011. 71 p. 3. SANTOS, Alcinéa Meigikos dos Anjos et al. Introdução à higiene ocupacional. São Paulo: Fundacentro, 2004. 84 p. 4. FUNDACENTRO. Norma de Higiene Ocupacional 09: Procedimento Técnico – Avaliação da Exposição Ocupacional a Vibrações de Corpo Inteiro – NHO 09. São Paulo: Fundacentro, 2013. 5. LIMA, Cristiane Queiroz Barbeiro. Norma de higiene ocupacional: método de ensaio: Método de coleta e análise de fibras em locais de trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2001. 61 p. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Desenho Arquitetônico			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 2 ° Semestre
Ementa			
<p>Conceituação histórica. Desenvolvimento do traço. Fundamentos de representação bidimensional: ponto, linha e plano. Desenho de observação. Normas do desenho técnico. Escala. Cotagem e dimensionamento. Projeções ortogonais. Vistas principais. Perspectiva cavaleira e isométrica. Representação gráfica de projetos arquitetônicos completos (planta, planta de cobertura, planta de locação, planta de situação, fachadas e cortes). Circulação horizontal e vertical (rampas e escadas). Levantamento arquitetônico. Detalhamento. Diagramação dos elementos gráficos e textuais. Conhecimento sobre a NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura com o foco na área de segurança do trabalho. Representação da simbologia gráfica da área de segurança do trabalho.</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBIERO, E.; SILVA, E. Desenho Técnico Fundamental. 4ª edição. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2009. 2. CHING, Frank. Representação gráfica em arquitetura. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 3. MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2001. Reimpressão 2014. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. Porto Alegre :Editora Bookman, 2010. 2. CHING, F.D.K. Dicionário visual de arquitetura. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. 3. FERREIRA, P.; MICELI, M. T. Desenho Técnico básico. São Paulo: Editora Imperial Novo Milênio, 2010. 4. MONTENEGRO, G.A. Desenho de projetos. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2007. 5. MONTENEGRO, G. A. A Perspectiva dos Profissionais. São Paulo: Edgard Blucher, 2010. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Segurança do Trabalho II			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 2 ° Semestre
Ementa			
Estudo das normas regulamentadoras NR 06 (Equipamentos de Proteção Individual), incluindo Equipamentos de Proteção Coletiva, e NR 08 (Edificações), incluindo LTCAT e PPP; PPR – Programa de Proteção Respiratória; PCA – Programa de Conservação Auditiva;			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. FUNDACENTRO. A CONSTRUÇÃO. São Paulo: Fundacentro, [20--]. 1 DVD (18 min.). (Revista do Trabalhador). 2. SANTOS, Alcinéa Meigikos dos Anjos. O Tamanho das Partículas de Poeira Suspensas no Ar dos Ambientes de Trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2008. 96 p. 3. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. São Paulo: Rideel, 2014. 1092 p. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. FUNDACENTRO. A CONSTRUÇÃO. São Paulo: Fundacentro, [20--]. 1 DVD (18 min.). (Revista do Trabalhador). 2. FUNDACENTRO. A CONSTRUÇÃO: EPI-Equipamentos de proteção individual. São Paulo: Fundacentro, [20--]. 1 DVD (11 min.). (Revista do Trabalhador). 3. FUNDACENTRO. A CONSTRUÇÃO: EPI na indústria da construção. São Paulo: Fundacentro, 2003. 1 DVD (10 min.). (Revista do Trabalhador). 4. FELIX, Maria Christina (Coord.). Engenharia de Segurança do Trabalho na Indústria da Construção: acessos temporários de madeira, medidas de proteção contra quedas de altura, instalações elétricas temporárias em canteiros de obras. 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 2011. 71p. 5. PEPFLOW, Luiz Amilton. Segurança do Trabalho. Curitiba: Base, 2010. 256 p. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Saúde do Trabalhador II			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 2 ° Semestre
Ementa			
Doenças relacionadas com o trabalho. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – Norma Regulamentadora 7. Introdução aos Primeiros Socorros.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BORTOLOTTI, Fábio. Manual do Socorrista. 3. ed. ampl. e atual. Porto Alegre: Expansão, 2012. 680 p. 2. DIAS, Elizabeth Costa (Org.). BRASIL Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: o manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 580 p. Disponível em <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/seguranca%20e%20saude%20no%20trabalho/Saudedotrabalhador.pdf> Acesso 28.07.2019. 3. MENDES, René (Org.). Patologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. 2 v 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Segurança do trabalho: guia prático e didático. 2. ed. atual., e rev. São Paulo: Érica, 2018. 2. CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 : comentadas e descomplicadas. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Gen; Método, 2015. 886 p. 3. FLEGEL, Melinda J. Primeiros socorros no esporte. 5. São Paulo: Manole, 2015. 4. SENAC. Departamento Nacional. Primeiros socorros: como agir em situações de emergência. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. 140 p. 5. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. São Paulo: Rideel, 2014. 1092 p. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Prevenção e Combate a Incêndio			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 2 ° Semestre
Ementa			
<p>Histórico. Legislação e normas brasileiras relativas à proteção contra incêndio e explosões. Programas de proteção contra incêndio. Teoria do fogo. Classes de fogo. Métodos de extinção. Agentes extintores. Equipamentos e sistemas de proteção contra incêndio. Iluminação de emergência, portas corta-fogo, escada de emergência. Sistema de detecção e alarme. Plano de Abandono. Equipamentos fixos e móveis de combate a incêndio. Sistema de hidrantes. Sprinklers. Brigada de incêndio. Explosivos. Segurança.</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMILLO JR, A bel B. Manual de Prevenção e Combate a Incêndio. São Paulo: Senac editora, 2013. 2. FERNANDES, Ivan Ricardo. Engenharia de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Curitiba: CREAPR, 2010. 88 p. 3. PEREIRA, Áderson G.; POPOVIC, Raphael R. Segurança Contra Incêndios. São Paulo: Editora São Paulo, 2009. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABIQUIM. Manual para Atendimentos de Emergências. 5ª edição. São Paulo: Pró-química, 2006. 2. BRENTANO, Telmo. A Proteção Contra Incêndio no Projeto de Edificações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 3. BRENTANO, Telmo. Instalações Hidráulica de Combate a Incêndio nas Edificações. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. 4. FERNANDES, Ivam Ricardo – Engenharia de Segurança contra Incêndio e Pânico/ Ivan Ricardo Fernandes. Curitiba- PR: CREA-PR, 2010, 88 pág. 5. SEITO Alexandre Itiu, et al – Segurança contra incêndio no Brasil e Instalações contra Incêndio. Alexandre Itiu Seito et al; São Paulo: Projeto Editora, 2008, pág. 496. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Gestão da Qualidade			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 40 h	Prática: 10 h	Período: 2 ° Semestre
Ementa			
Desenvolvimento da gestão da qualidade (GQ). Norma NBR ISO 9000 e a certificação de uma empresa. Gestão da qualidade total e suas ferramentas. O uso da gestão da qualidade na segurança do trabalho.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: controle da qualidade total no estilo japonês. [8. ed.]. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 1992. 256 p. ISBN 85-98254-13-4 (broch.). 2. CAMPOS, Vicente Falconi. Qualidade total: padronização de empresas. 2. ed. Nova Lima: FALCONI, 2014. 171 p. ISBN 978-85-98254-67-8 (broch.). 3. LOBO, Renato Nogueirol. Gestão da qualidade. São Paulo: Érica, 2010. 190 p. ISBN 978-85-365-0317-2 (broch.). 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio. Gestão da qualidade ISO 9001:2015: requisitos e integração com a ISO 14001:2015. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 176 p. ISBN 978-85-97-00644-5 (broch). 2. MONTGOMERY, Douglas C. Introdução ao controle estatístico da qualidade. 4. ed., reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2009. 3. OLIVEIRA, Otávio J. Gestão da qualidade, higiene e segurança na empresa. São Paulo Cengage Learning 2015 1 recurso online ISBN 9788522122615. 4. RODRIGUES, Marcus Vinicius. Ações para a qualidade: gestão estratégica e integrada para a melhoria dos processos na busca da qualidade e competitividade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 338 p. ISBN 978-85-352-6116-5 (broch.). 5. SILVA, Damião Limeira da; LOBO, Renato Nogueirol. Gestão da qualidade: diretrizes, ferramentas, métodos e normatização. São Paulo: Érica: Saraiva, 2014. 136 p. (Eixos. Ambiente e Saúde). ISBN 9788536507897. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Ética Profissional			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 40 h	Prática: 10 h	Período: 2 ° Semestre
Ementa			
<p>Conceitos e princípios éticos. Ética x Ambição. Ética x Moral. Ética empresarial. Códigos de ética. Valores antiéticos. Ética como fonte de espiritualidade. Ética ambiental. Ações sociais responsáveis – cidadania. Análise e discussão de problemas.</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1 BARSANO, Paulo Roberto. Ética profissional. São Paulo: Érica, 2014. 2 CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional. São Paulo: Vozes, 2001. 3 NALINI, José Renato. Ética: geral e profissional. 13. ed. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2016. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1 FIUZA, R. (Coord.). Novo código civil comentado. São Paulo: Editora Saraiva, 2003. 2 KISNERMAN, N. Ética para o serviço social. Petrópolis: Vozes. 1978. 3 OLIVEIRA, M. A. de. Ética e economia. São Paulo: Ática. 1995. 4 SANCHEZ, V. A. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. 5 SÁ, A. L. de. Ética profissional. 10. ed. São Paulo: Atlas. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Higiene do Trabalho II			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 3 ° Semestre
Ementa			
<p>Conceitos básicos sobre riscos ambientais, identificação de riscos ambientais, técnicas de avaliação dos riscos ambientais e seus efeitos sobre o organismo humano e o meio ambiente. Estudo da Norma Regulamentadora NR 15 e seus anexos, onde são vistas as atividades e operações insalubres.</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson. Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 5. ed. São Paulo: Ed. SENAC – São Paulo, 2010. 448 p. 2. MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares (orgs.). Higiene e Segurança do Trabalho. São Paulo: <i>Campus</i>; ABEPRO, 2011. 419 p. 3. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. São Paulo: Rideel, 2014. 1092 p. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CORRÊA, Márcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores: PPRA. 4. ed. São Paulo: LTr, 2012. 143 p. 2. FELIX, Maria Christina (Coord.). Engenharia de segurança do trabalho na indústria da construção: acessos temporários de madeira, medidas de proteção contra quedas de altura, instalações elétricas temporárias em canteiros de obras. 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 2011. 71 p. 3. FUNDACENTRO. Norma de Higiene Ocupacional 09: Procedimento Técnico – Avaliação da Exposição Ocupacional a Vibrações de Corpo Inteiro – NHO 09. São Paulo, 2013. 4. LIMA, Cristiane Queiroz Barbeiro. Norma de higiene ocupacional: método de ensaio: Método de coleta e análise de fibras em locais de trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2001. 61 p. 5. SANTOS, Alcinea Meigikos dos Anjos et al. Introdução à higiene ocupacional. São Paulo: Fundacentro, 2004. 84 p. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Ergonomia			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 3 ° Semestre
Ementa			
Histórico da ergonomia: conceitos, características, classificação e desenvolvimento Métodos e técnicas para uma análise ergonômica do trabalho (AET). Ergonomia do trabalho (NR 17).			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. DUL, Jan; WEERDMEESTER, B. A. Ergonomia prática. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2012. 163 p. 2. IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 3.ed. rev. São Paulo: Blucher, 2016. 850 p. 3. MENDES, René (Org.). Patologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. 2 v. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 : comentadas e descomplicadas. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Gen; Método, 2015. 886 p. 2. CORRÊA, Vanderlei Moraes. Ergonomia fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Bookman 2015. 3. DANIELLOU, François (Coord.). A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. xv, 244p. 4. MENDES, René (Org.). Patologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. 2 v. 5. NARESSI, Wilson Galvão. Ergonomia e biossegurança em odontologia essencial: parte clínica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 3 ° Semestre
Ementa			
Estudo das Norma Regulamentadoras: NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais), NR 12 (Máquinas e equipamentos), NR 13 (Caldeiras e vasos de pressão).			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMPOS, V. F. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do dia-a-dia. Belo Horizonte: Ed. Desenvolvimentos Gerenciais, 2001. 2. DE CICCIO, F. M.; FANTAZZINI, M. L. Introdução à Engenharia de Segurança de Sistemas. São Paulo: Fundacentro, 1988. 3. HARRINGTON, H. Gerenciamento Total da Melhoria Contínua. São Paulo: Makron Books, 1997. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRECIGLIERO, E; POSSEBON, J.; SPINELLI, R. Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. São Paulo: Editora SENAC, 2011. 2. CARDELLA, B. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Editora Atlas, 2007. 3. SZNELWAR, Laerte I.; MASCIA, Fausto L. Trabalho, Tecnologia e Organização: avaliação do trabalho submetido à prova real. Vol. 2. São Paulo: Ed. Blucher, 2008. 4. MAGGI, B.; DWYER, T.; CARUSO, L. A. C. Trabalho, Tecnologia e Organização. São Paulo: Ed. Blucher, 2007. 5. MANDARINI, M. Segurança Corporativa Estratégica. Ed. Manole, 2006. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Psicologia na Segurança do Trabalho, Comunicação e Treinamento			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 3 ° Semestre
Ementa			
O campo da saúde mental relacionada ao trabalho. Manifestações clínicas do sofrimento psíquico. Acidentes de trabalho: fatores e influências comportamentais. Sofrimento social: trabalho e desgaste mental. Execução de ações educativas.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. 3.ed. Barueri: Manole, 2014. 474 p. 2. LEAL, Paulo. Descomplicando a segurança do trabalho: ferramentas para o dia a dia. 2. ed. ampl. e rev. São Paulo: LTr, 2014. 430 p. 3. MENDES, René (Org.). Patologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013. 2 v. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. JOHANN, Sílvio Luiz. Comportamento organizacional: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2014. 260 p. 2. MATSUO, Myrian. Acidentado do trabalho: reabilitação ou exclusão? São Paulo: Fundacentro, 2002. 3. MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo. 21. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. 4. MOTA, Míriam Cristina Zaidan. Psicologia aplicada em segurança do trabalho: destaque aos aspectos comportamentais e trabalho em equipe da NR- 10, avaliação dos fatores psicossociais da NR-35. 5. ed. São Paulo: LTr, 2015. 108 p. 5. PESENTE, José Carlos. Didática Básica para Facilitadores de Aprendizagem em Segurança e Saúde do Trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2014. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2014/12/didatica-basica-para-facilitadores-de-aprendizagem-em-seguranca-e-saude-do-trabalho> Acesso em 29.07.2011. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Governança Ambiental, Social e Corporativa			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 40 h	Prática: 10 h	Período: 3 ° Semestre
Ementa			
<p>Sustentabilidade: conceitos, histórico, paradigma e dimensões. Desenvolvimento sustentável. Meio ambiente: princípios e conceitos fundamentais. Problemas ambientais em escala global. Práticas ambientais. Avaliação de impacto ambiental (AIA). Normas de sistemas de gestão ambiental: ISO 14.001. Diretrizes para sistemas de produção mais limpos. Economia circular. Gestão social com foco em indivíduos e instituições, responsabilidade social corporativa: ISO 26.000, equidade na distribuição de bens e renda, pobreza e justiça social. Gestão eficiente dos recursos produtivos, conduta corporativa, práticas anticorrupção. Compliance. Tópicos especiais em ESG.</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 2. BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, José Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável - da teoria à prática. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 3. JABBOUR, Ana Beatriz Lopes; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. São Paulo: Atlas, 2013. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRAGA, Benedito et al. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 2. BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é-o que não é. 5. ed. Editora Vozes: 2018. 3. CALIJURI, Maria do Carmo; CUNHA, Davi Gasparini Fernandes (Coord.). Engenharia ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 4. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. 5. SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Empreendedorismo			
Carga Horária: 60 h	Teórica: 50 h	Prática: 10 h	Período: 3 ° Semestre
Ementa			
Empreendedorismo: conceitos e definições. Perfil do empreendedor. Habilidades e competências do empreendedor. Processo de empreender. Empreendedorismo e Inovação. Modelos de negócios: objetivos e componentes. Canvas da proposta de valor para negócios inovadores.			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. 2. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 267p. 3. OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. Business Model Generation - Inovação em Modelos de Negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011. 300p. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. DORNELAS, C. A. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 2. GAUTHIER, F. A. O. Empreendedorismo. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010. 3. OSTERWALDER, A.; BERNARDA, G.; PIGNEUR, Y. Value Proposition Design: Como construir propostas de valor inovadoras. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2019. 4. PORTO, G. S. (org). Gestão da inovação e empreendedorismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 5. TAJRA, S. F. Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras. São Paulo: Érica, Saraiva, 2014. 			

Curso: Técnico em Segurança do Trabalho			
Componente Curricular: Oratória e Expressão Corporal			
Carga Horária: 50 h	Teórica: 40 h	Prática: 10 h	Período: 3 ° Semestre
Ementa			
<p>Fundamentos gerais da Oratória – Teoria e Prática. <u>Eliminar o medo</u>, a inibição e falar com naturalidade diante de públicos variados. Expressar ideias com desenvoltura, convicção e dinamismo. Fazer <u>apresentações objetivas</u>, claras e com linguagem adequada. Adquirir estratégias para convencer públicos difíceis. Impostar a voz, eliminar cacoetes e ruídos na comunicação. Usar projetor multimídia, <i>flip chat</i>, quadro branco. Conversar fluentemente em quaisquer circunstâncias. Desenvolver gestos e posturas elegantes e impactantes. Treinar o olhar expressivo, forte e seguro. Criar empatia e simpatia em situações embaraçosas. Desenvolver <u>habilidade de liderar</u>. Falar naturalmente em pé ou sentado. Saber iniciar, desenvolver e concluir palestras expressivas. Ampliar o vocabulário e adequar a linguagem aos diversos auditórios. Elaborar <u>apresentações persuasivas</u> e impactantes. Preparação para entrevistas e dinâmicas de grupo. Apresentação de um seminário – teoria e prática. Jogos e interações. Introdução às relações étnico-raciais e direitos humanos.</p>			
Bibliografia Básica			
<ol style="list-style-type: none"> 1. SANTOS, M. F. Curso de oratória e retórica. São Paulo: Logos, 1957. 2. SHINYASHIK, R. Os segredos das apresentações poderosas. São Paulo: Gente, 2012. 3. POLITO, R. Como falar corretamente e sem inibições. São Paulo: Saraiva, 2010. 			
Bibliografia Complementar			
<ol style="list-style-type: none"> 1. FELIPE, J. F. A. Introdução à comunicação jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 2. SANTANNA, A. R. A sedução da palavra. Brasília: Letraviva, 2000. 3. SOBRINHO, A. F. P. Antologia da eloquência universal: de Péricles a Churchill. Rio de Janeiro: Muniz, 1967. 4. SPOLIN, V. Jogos Teatrais na sala de aula. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 5. WARAT, L. A. O ofício do mediador. Florianópolis: Habitus. v.1, 2001. 			

12 SUJEITOS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

12.1 Coordenação de EaD no *Campus* Pouso Alegre

Profissional encarregado de gerenciar os cursos, desde seu planejamento até os encaminhamentos necessários para a certificação dos alunos. É o responsável por realizar as mediações necessárias e a articulação com os demais órgãos envolvidos no projeto. Deve promover a avaliação institucional do curso e apoiar o gerenciamento dos Polos de Apoio Presencial onde ocorrem os cursos.

Também deverá coordenar a elaboração de diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas e administrativas dos cursos, bem como de elaboração de relatórios periódicos de suas atividades e das equipes que atuam no curso. Deverá ainda: coordenar e acompanhar a seleção, treinamento e capacitação de professores formadores e tutores; orientar as equipes de forma geral.

Além disso, analisar todos os produtos elaborados pelo professor conteudista, bem como sugerir alterações e reestruturá-los de acordo com a proposta do curso, analisar e avaliar as videoaulas e acompanhar os trabalhos de capacitação de tutores e estudos com os cursistas no ambiente virtual de aprendizagem – AVA.

12.2 Coordenador de Curso, Equipe Multidisciplinar e Apoio Pedagógico

Serão selecionados profissionais com experiência em metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação apropriadas à modalidade de educação a distância que integrarão as equipes de Coordenação de Curso, a Equipe Multidisciplinar, e Apoio Pedagógico. Estes profissionais deverão atuar junto à Coordenação Pedagógica, respondendo pela elaboração de planejamentos e diretrizes, execução de atividades, orientação dos demais segmentos envolvidos naquelas atividades definidas neste Projeto do Curso de Técnico em Segurança do Trabalho.

12.3 Professores Formadores/Conteudista

Os Professores Formadores/Conteudista devem ter domínio das concepções,

princípios e conteúdos das disciplinas do curso. O sistema de educação a distância exige que o professor formador conheça as ferramentas, os recursos e a metodologia da educação a distância, bem como os mecanismos de avaliação da aprendizagem.

Os professores formadores serão designados como responsáveis por cada uma das disciplinas dos módulos dos cursos, portanto estarão encarregados da organização e operacionalização do planejamento, revisão de materiais e mídias, de metodologias e estratégias apropriadas ao conteúdo e práticas de cada uma das disciplinas.

Os professores formadores deverão organizar todos os materiais e orientações que possibilitem apoio para o pleno desenvolvimento das atividades presenciais nos Polos de Apoio Presencial. Os materiais e orientações serão planejados e preparados com a participação efetiva da Coordenação Pedagógica e Coordenação de Curso.

Os professores formadores deverão trabalhar na perspectiva da proposição e organização das situações de aprendizagem, atuando como mediador e orientador, incentivando a busca de diferentes fontes de informação e provocando a reflexão crítica do conhecimento produzido.

Os professores conteudistas poderão ser servidores do Campus ou contratados via edital mediante disponibilidade orçamentária.

A seleção dos professores formadores será de responsabilidade do Coordenador de EaD do Campus.

12.4 Tutores

A sociedade informacional, equipada dos mais variados e avançados recursos audiovisuais e online, não deixou de destacar que os melhores cursos a distância dão uma ênfase especial ao trabalho do sistema tutorial (mediação), encarado como um expediente teórico-pedagógico que representa um dos pilares da educação a distância. Este Sistema Tutorial prevê o apoio pedagógico consistente e contínuo que garantirá a operacionalização do curso, de forma a atender os estudantes nas modalidades individual e coletiva, incluindo a tutoria presencial e a distância, cuja metodologia de trabalho, oportuniza a constituição de

redes de educadores, conectando professores formadores – mediadores – alunos – coordenação.

Convém esclarecer que o trabalho dos Tutores irá determinar o diálogo permanente e fundamental entre o curso e seus alunos, desfazendo a ideia cultural da impessoalidade dos cursos a distância. Por sua característica de ligação constante com os estudantes, os professores mediadores deverão responder com exatidão sobre o desempenho, as características, as dificuldades, desafios e progressos de cada um deles.

Os tutores têm como principais atribuições o acompanhamento do processo de aprendizagem e de construção de competências e conhecimentos pelos estudantes, bem como a supervisão da prática profissional. Para tanto, devem conduzir, juntamente com o estudante, o processo de avaliação, fazendo o registro e encaminhando os documentos às instâncias responsáveis.

A seleção dos tutores é de responsabilidade da Coordenação Geral de EaD do Campus, a seleção acontecerá através de edital de seleção, com o estabelecimento dos critérios pertinentes em consideração as áreas de atuação do curso oferecido.

12.5 O Cursista: Sujeito Ativo do processo Ensino-Aprendizagem

O cursista é o responsável maior pela sua aprendizagem. O estudante deverá ser acima de tudo organizado, disciplinado e auto motivado, pois ele receberá os materiais didáticos digitais e disponibilizados via internet, em ambiente virtual de aprendizagem; preparados para um estudo individualizado. Portanto, é necessário que o aluno cursista desenvolva e/ou aprimore habilidades que o leve a aprender a aprender, com responsabilidade e autonomia e que tenha ou adquira familiaridade com o uso de computadores.

É necessário que ele desenvolva e aprimore a capacidade de trabalhar em grupo, porque haverá momentos de estudos de grupos, com trocas de experiências online ou em momentos presenciais. Cabe a ele participar efetivamente dos momentos presenciais intensivos, cumprir todas as atividades referentes às disciplinas do curso técnico em Segurança do Trabalho.

13 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

A avaliação é um importante mecanismo no processo de desenvolvimento dos educandos. Deve ser considerada como subsidiária no processo de planejamento e execução das atividades de ensino e aprendizagem, pois não existe ou subsiste por ela mesma. Segundo Luckesi (2011, p. 168), a avaliação “só faz sentido na medida em que serve para o diagnóstico da execução e dos resultados que estão sendo buscados e obtidos. A avaliação é um instrumento auxiliar na melhoria dos resultados.” Portanto, é imprescindível que a avaliação ultrapasse o aspecto de mera classificação e assuma o papel diagnóstico que viabiliza tomadas de decisão para obtenção dos resultados esperados. Esse aspecto torna-se imprescindível no processo de desenvolvimento dos educandos e da proposta política da instituição interessada na aprendizagem do educando a fim de que se desenvolva de forma individual e coletiva por meio da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Para tanto deve-se considerar algumas funções da avaliação que estão articuladas com a função diagnóstica para tomada de decisão (cf LUCKESI, 2011, p. 208-212), quais sejam:

- Propiciar a autoconsciência do educando e do educador. Tomar consciência de onde se está, para escolher para onde ir. Assim, o educando pode se autoconscientizar para poder avançar e o educador poderá se autoconscientizar enquanto educador, bem como refletir sobre a escolha de métodos e recursos didáticos.
- Motivar o crescimento. Reconhecer o limite e a amplitude de onde se está, para criar o desejo de obter resultados mais satisfatórios durante o processo de aprendizagem.
- Aprofundamento da aprendizagem. Ao realizar um exercício para manifestar a aprendizagem, tem-se a oportunidade de aprender o conteúdo de uma forma mais aprofundada, de fixá-lo, de aplicá-lo. Assim, o exercício avaliativo serve como uma das formas de aprendizagem. Quanto mais significativo, maior assimilação ativa por parte do educando.
- Auxiliar a aprendizagem. A compreensão de que a avaliação auxilia a aprendizagem é fundamental para que se perceba a necessidade dos educandos, na perspectiva de seu crescimento e na escolha dos instrumentos adequados de avaliação.

Para que a avaliação cumpra as funções especificadas, é necessário que os instrumentos avaliativos sejam construídos com coerência e atenção a alguns aspectos (LUCKESI, 2011):

- Estejam articulados com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos educandos;
- Cubram de forma significativa todos os conteúdos essenciais ensinados e aprendidos;
- Compatibilizar habilidades e capacidades de interpretação e análise crítica, de raciocínio multi relacional e interativo, lógico-matemático, de leitura de códigos e diferentes linguagens e de postura cooperativa e ética;
- Compatibilizar os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido com o que está sendo avaliado, pois a avaliação deve ser compatível, em termos de dificuldade, com o ensinado;
- Usem linguagem clara e compreensível, sem confundir a compreensão do educando, pois é preciso compreender a pergunta para respondê-la;
- Os instrumentos construídos devem auxiliar a aprendizagem, por meio da demonstração da essencialidade dos conteúdos ou pelos aprofundamentos cognitivos propostos;
- Situações-problemas que exijam para além do ensinado e aprendido são importantes, mas não deverá considerar o desempenho do educando nesses elementos para efeito de aprovação/reprovação, mas como diagnóstico do desenvolvimento possível dos educandos;
- Finalmente, é importante estar atento para a correção e devolução dos resultados. É fundamental que o professor corrija e devolva pessoalmente os instrumentos de avaliação aos educandos, comente-os e auxilie o educando a se autocompreender no seu processo pessoal de estudo, aprendizagem e desenvolvimento, por meio de um processo dialógico e construtivo entre educador e educando.

13.1 Verificação do rendimento acadêmico

De acordo com a Resolução nº 055/2018, de 22 de agosto de 2018, o registro do rendimento acadêmico dos estudantes deverá compreender a apuração das atividades a distância e/ou presenciais em todas as disciplinas. O professor deverá registrar em

instrumento próprio de acompanhamento, os conteúdos desenvolvidos nas aulas, os instrumentos utilizados e os resultados de suas avaliações, considerando que:

- As avaliações deverão ser contínuas e diversificadas, obtidas com a utilização de vários instrumentos: exercícios, provas, trabalhos, fichas de observação, relatórios, autoavaliação e outros.
 - As ferramentas avaliativas adotadas pelo professor deverão ser explicitadas aos estudantes, inclusive com a porcentagem dos pontos destinados a cada atividade, no início de cada disciplina, observadas as normas estabelecidas neste documento.
 - Todo instrumento ou processo de avaliação deverá ter seus resultados explicitados aos estudantes.
 - Sobre os resultados das avaliações caberá pedido de revisão, devidamente fundamentado, desde que requerido em 48 (quarenta e oito) horas úteis após a divulgação do resultado.
 - Ao final de cada período será registrada nos instrumentos próprios uma única nota.
- Os professores ao final de cada disciplina deverão adotar os seguintes procedimentos:
- Promover o lançamento das notas no Sistema Acadêmico. Realizar a impressão dos diários e assinar nos locais correspondentes.
 - Encaminhar ao setor pedagógico os diários devidamente impressos e assinados.
 - Cumpridas as etapas I e II o Coordenador do Curso encaminhará os diários ao setor responsável para arquivo dos mesmos em cada campus.
 - Os resultados das avaliações serão expressos em notas ao final de cada período graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), seguindo os seguintes critérios:

Será aprovado o estudante que obtiver, no conjunto das avaliações de cada disciplina ao longo do período letivo, nota igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

Não será exigido controle de frequência nos cursos técnicos a distância, conforme artigo 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O estudante que deixar de ser avaliado, em primeira chamada, por motivo de saúde, falecimento de parentes de primeiro grau ou cônjuge, alistamento militar, por solicitação judicial ou por outro motivo previsto em lei, terá direito a segunda chamada, desde que

justificada pela apresentação dos seguintes documentos:

- Atestado médico comprovando moléstia que o impossibilita de participar das atividades na primeira chamada.
- Certidão de óbito de parente de primeiro grau ou cônjuge.
- Declaração de comparecimento ao alistamento militar pelo órgão competente.
- Solicitação judicial.
- Outros documentos que apresentem o amparo legal.

A segunda chamada somente será concedida se requerida, por meio de formulário próprio, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) de cada campus, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após a realização da primeira chamada.

Os documentos de que trata o Art. 47 da Resolução nº 055/2018, de 22 de agosto de 2018.

deverão ser entregues no Polo de Apoio Presencial, que fará o encaminhamento no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação, ou diretamente ao Coordenador de Curso via endereço eletrônico.

O pedido apresentado fora do prazo estabelecido só poderá ser deferido com anuência do Coordenador do Curso.

13.2 Justificativas de faltas

A participação nas aulas e demais atividades acadêmicas será obrigatória e obedecerá às disposições legais em vigor. Os pedidos de justificativas de faltas nas atividades programadas presenciais para os casos previstos em lei serão solicitados diretamente pelo estudante à Coordenação de Curso. A Coordenação de Curso encaminhará os pedidos e a decisão sobre a justificativa de falta em conjunto com os professores responsáveis pelas disciplinas. Não haverá reprovação por frequência nos cursos técnicos na modalidade a distância (§ 3º do art. 47 da Lei nº 9.394/1996).

13.3 Da recuperação, reprovação e exame final

A recuperação, organizada com o objetivo de garantir o desenvolvimento mínimo que permita o prosseguimento de estudos, será estruturada de maneira a possibilitar a revisão de conteúdos não assimilados satisfatoriamente, bem como proporcionar a obtenção de notas

que possibilitem sua promoção.

A recuperação será estruturada na forma de atividades avaliativas a distância e/ou presenciais, ao final de cada módulo, de maneira a possibilitar a promoção do estudante e o prosseguimento de seus estudos.

A recuperação obedecerá aos critérios a seguir:

- Será submetido à recuperação o estudante que obtiver nota menor que 6,0 (seis) pontos. O cálculo da nota final da disciplina, após a recuperação correspondente ao período, será a partir da média aritmética da média obtida na disciplina mais a avaliação de recuperação. Se a média da disciplina, após a recuperação, for menor que a nota semestral antes da recuperação, será mantida a maior nota.

O valor total das avaliações de recuperação será de 10,0 (dez) pontos seguindo os parâmetros definidos no Artigo 43 da Resolução nº 055/2018, de 22 de agosto de 2018.

- Quando aprovado, a nota registrada será de no mínimo 6,0 (seis) pontos.
- O estudante será reprovado quando a nota obtida na recuperação for menor que 6,0 (seis) pontos.
- O resultado da recuperação deverá ser registrado no sistema acadêmico.

A recuperação será estruturada em dois momentos, o primeiro ao final da disciplina e o segundo ao final de cada módulo, na forma de exame final.

- A recuperação ocorrerá ao final de cada disciplina, no máximo até 30 dias após o encerramento da mesma.
- O exame final poderá ser feito por meio de atividades avaliativas a distância e presenciais, de maneira a possibilitar a promoção do estudante e o prosseguimento de seus estudos.

O estudante será considerado reprovado na disciplina nos seguintes casos:

- Quando obtiver nota inferior a 3,0 (três) pontos na média ao final das atividades regulares da disciplina;
- Quando obtiver nota inferior a 6,0 (seis) pontos após as atividades da recuperação.

No período destinado à recuperação, o estudante deverá apresentar ao tutor todas as atividades pendentes.

- Neste período a plataforma ou ambiente virtual de aprendizagem será reaberta para o estudante, que será acompanhado por professores mediadores (tutores).
- Ao final deste período o estudante será submetido a uma avaliação.
- O valor total das avaliações de recuperação será de 10,0 (dez) pontos.

Na recuperação os tutores orientarão os alunos quanto aos processos e prazos, os procedimentos diante do não envio das atividades, ou menção insuficiente das mesmas ao final de cada disciplina. O exame final ocorrerá ao final de cada módulo do curso.

- Terá direito ao exame final o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% (trinta por cento) e inferior a 60,0% (sessenta por cento).
- O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina.
- O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação, peso 1, mais a nota do exame final, peso 2, esta somatória dividida por 3.
- O exame final consistirá na realização de avaliação on-line, com 15 questões e poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina.
- O exame final deverá acontecer no máximo 45 dias após o término do módulo.
- Na ausência do aluno no exame final, será mantida a média semestral da disciplina.
- Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.

O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida por escrito ao Coordenador de Curso num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota. A revisão da nota ficará a cargo do coordenador do curso.

Tabela 2 - Resumo de critérios para efeito de aprovação

Condição	Situação Final
MD \geq 60 %	APROVADO
MD < 60 %	RECUPERAÇÃO
30 % \leq MDR < 60 %	EXAME FINAL
MDR < 30 % ou RDF < 60 %	REPROVADO

Fonte: Adaptado da Resolução nº 055/2018, de 22 de agosto de 2018

MD – média da disciplina;

MDR – média da disciplina recuperação;

RFD – resultado final da disciplina.

Em casos de reprovação, se houver oferta de disciplinas novamente, será oportunizada ao estudante a matrícula conforme legislação vigente.

13.4 Do Conselho de Classe

O conselho de classe pedagógico de caráter consultivo e diagnóstico deverá ser previsto em calendário acadêmico com a presença dos professores, coordenador do curso, tutores, representantes dos estudantes, pedagogos (as), representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou seu representante indicado, com a finalidade de discutir os processos de ensino-aprendizagem, avaliação geral e diagnóstico do estudante, deliberações e intervenções necessárias destinadas a garantir a qualidade do processo educativo.

O conselho de classe pedagógico consultivo e diagnóstico deverá se reunir, no mínimo, 1 (uma) vez ao final de cada módulo.

Ao final de cada módulo haverá um Conselho de Classe de caráter deliberativo, com participação obrigatória do professor e, na ausência deste em programas de fomento, do tutor a distância, sem a presença dos estudantes.

O conselho de classe pedagógico será presidido pelo Coordenador de Curso.

14 TERMINALIDADE ESPECÍFICA E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme Art. 59 da LDB, item II, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do curso, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

O Parecer CNE/CEB Nº 2/2013 autoriza adotar a terminalidade específica nos cursos de educação profissional técnica de nível médio oferecidos nas formas articulada, integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a **Terminalidade Específica** [...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.

Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação terão direito a adaptação curricular, que deverá ser elaborada pelos docentes com assessoria/acompanhamento do NAPNE e formalizada no plano educacional individualizado conforme resolução 102/2013 do IFSULDEMINAS.

A flexibilização curricular possibilita o acesso, na perspectiva da permanência e êxito, dos estudantes que apresentam altas habilidades/superdotação, condutas típicas, síndromes, transtornos globais do desenvolvimento e deficiências por meio de adaptações curriculares que focalizam principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) é responsável pela garantia e acompanhamento da flexibilização curricular aos discentes com necessidades especiais, que necessitarem, por meio do Plano Educacional Individual Discente. As adaptações são divididas em:

- Adaptação de objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve

fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

- Adaptação de conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.
- Adaptação de Métodos de Ensino e Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.
- Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.
- Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.
- Avaliação inclusiva: realizada com função diagnóstica para orientação do trabalho com vistas ao desenvolvimento do aluno com necessidade especial, deve-se considerar os pressupostos:
 - Disponibilidade do professor em fazer da avaliação mais um momento de aprendizagem;
 - Estabelecimento de um ambiente de confiança;
 - Esclarecimento aos alunos do que se espera da avaliação;
 - Previsão de tempo adequado para resolução das atividades avaliativas;
 - Atribuição de valores às questões, conforme a singularidade das necessidades especiais;

- Consideração do processo de resolução, do raciocínio;
- Utilização de enunciados sucintos, elaborados com objetividade e clareza, com apoio de figuras que auxiliem na interpretação da questão, quando a deficiência for intelectual;
- Adequação do ambiente e dos instrumentos necessários para realização da atividade avaliativa, quando a deficiência for física ou sensorial;
- Comunicação dos resultados o mais rápido possível objetivando discriminar as necessidades o quanto antes;
- Valorização das habilidades em detrimento das limitações;

Ressalta-se que o processo de avaliação dependerá de conhecimento sobre especificidade de cada caso, considerando a trajetória do sujeito para promover, da melhor forma possível.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A Matriz Curricular deverá ser revista e/ou alterada sempre que se verificar, mediante avaliações sistemáticas, defasagens entre o perfil de conclusão do curso, seus objetivos e sua organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. As eventuais alterações curriculares serão implantadas sempre no início do desenvolvimento de cada turma ingressante e serão propostas pelo Colegiado do Curso, com acompanhamento do setor pedagógico, devendo ser aprovadas pelo Colegiado Acadêmico do *Campus* (CADEM), pela Câmara de Ensino (CAMEN), pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), quando não houver a necessidade de nova resolução para o curso.

Os casos não previstos neste Projeto Pedagógico de Curso ou nos regulamentos internos e externos do IFSULDEMINAS serão resolvidos pelo Colegiado do Curso e/ou CADEM, com auxílio da Supervisão Pedagógica. Uma nova revisão deste documento deverá ser realizada no prazo de 2 (dois) anos, ou a qualquer tempo em que o colegiado do curso deliberar, respeitadas as diretrizes das legislações vigentes.

Destaca-se o envolvimento dos discentes neste processo, por meio de sua participação no Conselho de Classe, Colegiado de Curso, Colegiado Acadêmico do *Campus* (CADEM), Câmara de Ensino (CAMEN), Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Superior (CONSUP).

16 POLÍTICAS DE APOIO AO DISCENTE

Seguem nos itens abaixo, as políticas, ações e regulamentos do IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre voltadas ao apoio aos estudantes de todos os níveis de ensino.

16.1 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma Política de Ações constituída por um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implantação de ações que visam o acesso, a permanência e a conclusão com êxito dos nossos estudantes. Para conhecer melhor e saber mais detalhes sobre a Política de Assistência Estudantil, acesse a Resolução Consup nº 85 de 20 de dezembro de 2018.

Os profissionais das áreas multidisciplinares que dão suporte para a execução da Política de Assistência Estudantil encontram-se, em sua maioria, na Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE).

Sobre a Política, serão destacados neste documento os programas que alcançam os alunos EAD: o Programa de Acompanhamento Psicológico, o Programa de Acompanhamento Pedagógico e o Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

16.2 Programa de Acompanhamento Psicológico

O Programa de Acompanhamento Psicológico terá como objetivo mediar processos de ensino-aprendizagem realizando um trabalho multidisciplinar com os demais profissionais da Coordenadoria de Assistência Estudantil, contribuindo assim, para a promoção da saúde mental e qualidade de vida dos estudantes, por meio de ações pautadas na ética profissional e nos direitos humanos.

16.3 Programa de Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Acompanhamento Pedagógico deverá acompanhar e apoiar os estudantes em seu desenvolvimento integral prestando atendimento individualizado ou em grupo, tanto para os estudantes que procurem o atendimento por iniciativa própria ou aqueles que são encaminhados por solicitação e/ou indicação de docentes e/ou pais. Também deverá realizar um trabalho multidisciplinar para melhor atender as necessidades de aprendizagem

dos estudantes.

16.4 Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Tem por finalidade garantir aos estudantes com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, as condições específicas e necessárias que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, sendo executado pelo NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, conforme Resolução no 68/2020. Para tanto, o NAPNE promoverá ações junto à comunidade acadêmica para possibilitar:

- **Acessibilidade Arquitetônica:** Condição estrutural para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, dos mobiliários, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- **Acessibilidade Atitudinal:** Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.
- **Acessibilidade Pedagógica:** Diminuição de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas. Também está relacionado ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), extremamente necessário e importante para o desenvolvimento dos nossos estudantes com necessidades diversas.
- **Acessibilidade nas comunicações:** Diminuição de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade Digital:** direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em

formatos alternativos.

- Sala Recursos/Multimeios: é um ambiente com materiais específicos para atendimento de pessoas que porventura tenham necessidades especiais e assim promover uma melhor relação de ensino aos estudantes.

O NAPNE analisa os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as orientações à Direção de Desenvolvimento Educacional (DDE) para as devidas providências e encaminhamentos junto aos docentes.

Os casos de necessidades educacionais especiais percebidos no decorrer do processo de formação deverão ser informados ao NAPNE para que, junto à equipe multidisciplinar, o AEE, as coordenações de cursos e os docentes, sejam dados os devidos encaminhamentos. O NAPNE atuará no âmbito institucional interno e externo, assessorando a DDE do *campus*.

Quando se fizer necessário, mediante análise do NAPNE, será elaborado pelos docentes, o Plano Educacional Individual - PEI, com a colaboração dos membros do NAPNE, AEE, equipe multidisciplinar e coordenações de curso, possibilitando ao aluno que apresenta especificidade e dificuldade na aprendizagem, o registro do seu desenvolvimento ao longo do processo, a garantia da permanência e a saída com sucesso do IFSULDEMINAS. O NAPNE poderá propor, caso necessário, flexibilização curricular e terminalidade específica.

16.5 Demais Programas

Além dos programas mencionados acima, na Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS também estão incluídos o Programa de Assistência à Saúde, o Programa de Acompanhamento do Serviço Social, o Programa Mobilidade Estudantil – Nacional e Internacional, o Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura e o Programa de Inclusão Digital.

16.6 Plano Estratégico de Permanência e Êxito

Entende-se por nivelamento o desenvolvimento de atividades formativas que visem recuperar conhecimentos que são essenciais para que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Tais atividades serão proporcionadas ao estudante por meio de:

- recuperação paralela, desenvolvida com o objetivo do estudante recompor

- aprendizados durante o período letivo possibilitando além de recuperar qualitativamente, também recuperar quantitativamente (avaliação substitutiva);
- programas de tutoria/monitoria, que incentivem grupos de estudos entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;
 - atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes;
 - atendimentos aos alunos individualmente e/ou coletivamente pelos professores em horários alternados em local predeterminado publicado no site da instituição – plantões para tirar dúvidas.

16.7 Representação Estudantil

Há de se ressaltar a participação dos estudantes no Colegiado de Curso, no NAPNE e nos demais órgãos colegiados: Colegiado Acadêmico do *Campus* (CADEM), Câmara de Ensino (CAMEN), Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Superior (CONSUP). Garantindo-se a representação dos estudantes nesses órgãos, garante-se a democracia participativa e reitera-se o compromisso dos estudantes no processo pedagógico, bem como o reconhecimento deste direito, contribuindo para a formação da cidadania.

16.8 Educação Inclusiva

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino bem como proporcionar condições para o seu êxito e conclusão do curso, respeitando sempre as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos vários grupos sociais. Para isso, possui o NAPNE, conforme mencionado no item 16.4, é o núcleo responsável por lutar pela consolidação dos direitos das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual, físico motora, múltiplas deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento em busca da emancipação e inclusão desses estudantes. No *Campus* Pouso Alegre também tem implantado o NEABI – Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígena e o NEGES – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Educação e Sexualidade, núcleos sistêmicos que atuarão junto ao

NAPNE nas ações de inclusão dentro do IFSULDEMINAS. Ambos constituem efetivos meios de implementação de políticas de educação inclusiva e para a diversidade.

16.9 Regulamento Disciplinar do Corpo Discente

O Regulamento Disciplinar do Corpo Discente tem o objetivo de estabelecer os direitos, os deveres, os vetos e a conduta dos estudantes do IFSULDEMINAS, visando o bom andamento das atividades escolares, o aprendizado efetivo dos estudantes, a convivência saudável de toda a comunidade escolar e a conservação do patrimônio público.

Para os efeitos deste regulamento, Corpo Discente é a expressão utilizada para designar o conjunto de TODOS os estudantes regularmente matriculados nas modalidades de ensino oferecidas pelo IFSULDEMINAS.

16.10 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento dos egressos é realizado por meio da aplicação de formulários no site da instituição para conhecer a realidade dos nossos egressos no mundo do trabalho e, assim, contribuir para traçar estratégias de parcerias e convênios com empresas, instituições e organizações que demandam estagiários e profissionais com origem no IFSULDEMINAS. Também serão previstas a criação de mecanismos para acompanhamento da inserção dos profissionais no mundo do trabalho e a manutenção de cadastro atualizado para disponibilização de informações recíprocas.

O IFSULDEMINAS concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade o atendimento aos seus egressos. A instituição acompanha os egressos a partir de ações articuladas entre as Pró-reitorias de Ensino e Extensão e as Coordenações de Cursos.

17 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S)

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem devem permitir a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs.

O *Campus* disponibiliza Ambientes Virtuais de Aprendizagem Moodle, GoogleClass e GoogleMeet, que permitem o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos no formato Web, dentre os quais destacam-se aulas virtuais, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos, atividades interativas, tarefas virtuais (webquest), modeladores, animações, textos colaborativos (wiki).

18 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiência anteriores seguirão os dispositivos do Art. 46 da Resolução CNE 01/2021, *in verbis*:

Art. 46. Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional técnica ou tecnológica, que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;

II - em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

III - em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e

IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

Conforme as diretrizes indutoras do IFSULDEMINAS para a oferta de cursos técnicos de nível médio, Resolução Consup nº 157/2022, que alterou a Resolução Consup nº 55/2018, é permitido o aproveitamento de estudos nos cursos técnicos subsequente e concomitante, nas seguintes situações:

- I. Cursos de qualificação profissional, incluída a formação inicial e continuada (FIC);
- II. Cursos técnicos de nível médio;

III. Cursos de especialização técnica de nível médio;

IV. Cursos superiores de tecnologia e demais cursos de graduação.

O discente deverá requerer a dispensa da disciplina conforme cronograma estabelecido do calendário de oferta do curso.

19 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Colegiado de Curso se reúne pelo menos uma vez por semestre e é o órgão primário normativo, deliberativo, executivo e consultivo, com composição, competências e funcionamento previstas na resolução 033/2014, do IFSULDEMINAS. Colegiado do Curso será constituído de:

- I. Coordenador e vice-coordenador de curso;
- II. Dois representantes titulares técnico-administrativos em Educação, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes;
- III. Dois representantes docentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes;
- IV. Dois representantes discentes titulares, eleitos por seus pares, inclusive seus suplentes.

De acordo com a Resolução 033/2014, são funções dos colegiados de curso:

- Emitir parecer sobre a extinção ou implantação de cursos;
- Propor currículos de cursos e suas possíveis alterações, com acompanhamento do setor pedagógico;
- Validar, com o apoio da supervisão pedagógica, alteração no critério de avaliação do docente;
- Analisar casos que não foram previstos na resolução.

Conforme a Resolução 33/2014 IFSULDEMINAS, compete ao Coordenador de Curso:

- Determinar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, as datas das reuniões ordinárias do Colegiado a serem realizadas;
- Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, ou a requerimento dos membros do Colegiado, considerando a maioria simples;
- Presidir as reuniões do Colegiado e nelas manter a ordem;
- Fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à aprovação;

- Dar conhecimento ao Colegiado de toda matéria recebida;
- Designar relator que não poderá ser autor da proposição, mediante rodízio, e distribuir-lhe a matéria sobre a qual deverá emitir parecer;
- Sem observância de rodízio, poderá ser designado relator um dos membros que possuir notórios conhecimentos especializados na matéria em estudo;
- Conceder a palavra aos membros do Colegiado que a solicitarem;
- Interromper o orador que estiver falando sobre o vencido ou assunto fora da pauta;
- Submeter à votação as matérias sujeitas ao Colegiado e proclamar o resultado da eleição;
- Conceder vista dos processos aos membros do colegiado que a solicitarem, nos termos deste Regimento;
- Assinar os pareceres e convidar os demais membros do Colegiado a fazê-lo;
- Enviar ao Colegiado Acadêmico do Campus (CADEM) toda matéria destinada ao plenário;
- Ser o intermediário entre o Colegiado de Curso e o CADEM;
- Assinar o expediente relativo a pedido de informações formuladas pelos relatores ou pelo Colegiado;
- Acompanhar a execução do currículo, avaliando, controlando e verificando as relações entre as diversas disciplinas, orientando e propondo a outros órgãos de Coordenação de ensino, as medidas cabíveis;
- Participar junto à Coordenação Geral de Ensino Técnico e Chefia de Departamento, sobre a elaboração da programação acadêmica, do calendário acadêmico e do horário das aulas; compatibilizando-os com a lista de oferta de disciplinas;
- Assessorar os órgãos competentes em assuntos de administração acadêmica, referente ao Curso; acompanhar a matrícula dos estudantes de seu curso, em colaboração com o órgão responsável pela matrícula;
- Assessorar a Coordenação Geral de Ensino Técnico ou órgão equivalente no processo de transferências, dispensa de disciplinas, elaboração e revisão de programas analíticos, alterações na matriz curricular, presidir o Colegiado de Curso, dentre outras;
- Assessorar os professores, na execução das diretrizes e normas emitidas pelo

Colegiado de Curso;

- Coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, bem como sua atualização, garantindo o envolvimento dos professores, estudantes, egressos do curso e, ainda das entidades ligadas às atividades profissionais;
- Apresentar sugestões à Coordenação Geral de Ensino Técnico e Chefia de Departamento sobre assuntos de sua natureza que tenham por finalidade a melhoria do ensino, das relações entre comunidades envolvidas, do aprimoramento das normas pertinentes e outras de interesse comum.

20 CORPO DOCENTE DO CAMPUS

O corpo docente do *Campus* Pouso Alegre se mostra altamente capacitado nas mais variadas áreas do conhecimento e é composto pelos docentes descritos no a seguir:

Quadro 5. Corpo docente do campus.

Servidor	Titulação
Adriana Falqueto Lemos	Doutorado
Aidalice Ramalho Murta	Doutorado
Alexandre Fieno da Silva	Doutorado
Alexandre Magno Alves de Oliveira	Mestrado
Ana Maria Bastos Firmino	Mestrado
Carlos Alberto de Albuquerque	Mestrado
Carolina Souza Andrade Licio	Mestrado
Celso Dias Madureira	Mestrado
Claudia Catarino Pereira	Mestrado
Daniel Cicero Pelissari	Doutorado
Danielle Martins Duarte Costa	Doutorado
Danielli Ferreira Silva	Doutorado
Diego César Terra de Andrade	Doutorado
Donizeti Leandro de Souza	Doutorado
Elgte Elmin Borges de Paula	Doutorado
Eliane Gomes da Silveira	Mestrado
Elisângela Aparecida Lopes Fialho	Doutorado
Emanuelle Kopanyshyn	Doutorado
Emerson Jose Simoes da Silva	Especialização
Estela Costa Ferreira	Mestrado
Fabiana Rezende Cotrim	Mestrado
Fabio Augusto de Abreu	Mestrado
Fernando Carlos Scheffer Machado	Doutorado
Flavio Adriano Bastos	Doutorado
Flávio Heleno Graciano	Mestrado
Gabriela Belinato	Doutorado
Gisele Inocência Pereira e Moreira	Doutorado
Gissele Bonafé Costa de Abreu	Mestrado
Gleysson de Paula Terra	Mestrado
Ismael David de Oliveira Muro	Mestrado
Joao Marcos Batista de Souza Maciel	Doutorado
Joao Paulo Martins	Doutorado

Johnny Cesar dos Santos	Mestrado
Joyce Alves de Oliveira	Mestrado
Juliano Romanzini Pedreira	Mestrado
Lucas Henrique Xavier da Costa Firmino	Mestrado
Luciane de Castro Quintiliano	Doutorado
Lucy Mirian Campos Tavares Nascimento	Doutorado
Luis Antonio Tavares	Mestrado
Marcelo Carvalho Bottazzini	Doutorado
Marcio Boer Ribeiro	Doutorado
Maria Cecilia Rodrigues Simões Ortigara	Doutorado
Maria Josiane Ferreira Gomes	Doutorado
Mariana Felicetti Rezende	Doutorado
Michele Correa Freitas Soares	Doutorado
Michelle Nery	Mestrado
Nathália Vieira Barbosa	Mestrado
Olimpio Gomes da Silva Neto	Doutorado
Paulo César Xavier Duarte	Doutorado
Paulo Roberto Labegalini	Doutorado
Regis Marciano de Souza	Mestrado
Rejane Barbosa Santos	Doutorado
Rodolfo Henrique Freitas Grillo	Mestrado
Ronã Rinston Amaury Mendes	Doutorado
Rosângela Alves Dutra	Mestrado
Samuel Santos de Souza Pinto	Mestrado
Silas Santana Nogueira	Mestrado
Thiago Alves de Souza	Doutorado
Thiago Luis Rodrigues da Silva	Doutorado
Victor Aias Martins Gomes	Doutorado
Vlander Verdade Signoretti	Doutorado
Yuri Vilas Boas Ortigara	Mestrado

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

21 CORPO ADMINISTRATIVO

Já o quadro dos técnicos administrativos do *Campus* Pouso Alegre é composto pelos profissionais descritos a seguir:

Quadro 6. Corpo Administrativo.

Servidor	Cargo
Alexandre Thomé da Silva de Almeida	MÉDICO VETERINÁRIO
Andressa de Carvalho Freitas	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Andreza Luzia Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Brenda Tarcisio da Silva	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Brenno Leonardo Tavares Lopes	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
Cesar Portelinha Moreira Carneiro	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Cybele Maria dos Santos Martins	PSICÓLOGO-ÁREA
Daniel Reis da Silva	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
Danilo Fernandes da Silva	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Davi Ribeiro Militani	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Eliane Silva Ribeiro	ADMINISTRADOR
Emerson Zetula da Silva	AUX EM ADMINISTRAÇÃO
Eric Fabiano Esteves	BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA
Fabiano Paulo Elord	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
Gilmar Rodrigo Muniz	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Guilherme Rodrigues de Souza	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Ivanete Fonseca Martins de Abreu	TRADUTOR INTÉRPRETE DE LINGUAGEM SINAIS
Jociana Brugnerotto de Almeida	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Josue de Toledo	AUX EM ADMINISTRAÇÃO
Juciana de Fatima Garcia	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Juliana Ambar Mezavila Moreira	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Juliana Andrade Nunes	TÉCNICO DE LABORATÓRIO ÁREA
Kesia Ferreira	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Lucas Martins Rabelo	ASSISTENTE DE ALUNO
Luciana Goulart Carvalho	AUX EM ADMINISTRAÇÃO
Luciene Ferreira de Castro	JORNALISTA
Luiz Ricardo de Moura Gissoni	ADMINISTRADOR
Marcel Freire da Silva	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
Maria Elizabeti da Silva Bernardo	ASSISTENTE SOCIAL
Michelle Rose Araujo Santos de Faria	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA
Priscila da Silva Machado Costa	ENGENHEIRO-ÁREA
Priscilla Barbosa Andery	ASSISTENTE DE ALUNO
Rafael de Freitas Candido	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Rodrigo Janoni Carvalho	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Rosana Rovaris Zanotti	ASSISTENTE DE ALUNO
Rosenildo Paiano Renaki	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Sarita Luiza de Oliveira	ASSISTENTE DE ALUNO
Silvana Aparecida de Andrade	AUX EM ADMINISTRAÇÃO
Simone Cruz Batista	PSICÓLOGO-ÁREA
Suzan Evelin Silva	ENFERMEIRO-ÁREA
Tônia Amanda Paz dos Santos	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Willian Roger Martinho Moreira	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Xenia Souza Araújo	PEDAGOGO-ÁREA

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

22 INFRAESTRUTURA

Atualmente, o IFSULDEMINAS atua em diversos níveis: médio, técnico, graduação e pós-graduação, em 27 diferentes áreas. O objetivo é ampliar o acesso ao ensino profissionalizante nos 178 municípios de abrangência, beneficiando 3,5 milhões de pessoas, direta ou indiretamente. O *Campus* possui a seguinte estrutura:

22.1 - Biblioteca

Com a função de centro de disseminação seletiva da informação e incentivo à leitura e cultura, a biblioteca “Paulo Freire” do *Campus* Pouso Alegre com 616,58 m² proporciona à comunidade escolar um espaço dinâmico de convivência, auxiliando no ensino, pesquisa e extensão.

Tem como visão contribuir como órgão facilitador no processo ensino-aprendizagem utilizando a qualidade e a inovação dos serviços oferecidos como meta para superar as necessidades. Novas instalações foram construídas, ampliando o espaço oferecido para estudos em grupos, individuais (10 mesas de estudo individual; 07 mesas de estudo coletivo; 06 computadores para pesquisa; 04 salas de estudo em grupo; 01 sanitário feminino com acesso a cadeirante; 01 sanitário masculino com acesso a cadeirante e bebedouro).

A biblioteca oferece a toda sua comunidade acadêmica serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica, visitas orientadas, acesso à Internet, empréstimos entre bibliotecas, acesso ao Portal Capes e serviços de malotes que atendem as solicitações de obras que não constam no acervo. O acervo é composto por 1973 títulos e 8593 exemplares. Além de livros impressos, a biblioteca possui ainda acesso a Plataforma "Minha Biblioteca" (biblioteca virtual), periódicos e materiais audiovisuais, disponíveis para empréstimo domiciliar e consulta interna dos usuários cadastrados. O Acervo da Biblioteca é aberto, de livre acesso às estantes. A Classificação Decimal de Dewey – CDD é utilizada para determinar os assuntos que representam as obras do acervo e o Código de Catalogação Anglo Americano – AACR2 é aplicado na descrição bibliográfica, definindo as formas de entrada dos dados, padronizando a catalogação a nível internacional e subsidiando o tratamento da informação.

Todo o acervo da Biblioteca está disponibilizado no Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas, que permite a informatização e organização do catálogo bibliográfico, possibilitando o acesso virtual. A equipe técnico-administrativa responsável pelos serviços da biblioteca é composta por dois bibliotecários – documentalista e um auxiliar de biblioteca. A Biblioteca está diretamente ligada à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Biblioteca tem como função ser o centro de disseminação seletiva da informação e incentivo à leitura e à cultura. A biblioteca do *Campus* Pouso Alegre proporciona à comunidade escolar um espaço dinâmico de convivência, auxiliando no ensino, pesquisa, inovação e extensão. Tem como visão contribuir como órgão facilitador no processo ensino-aprendizagem utilizando a qualidade e a inovação dos serviços oferecidos como meta para superar as necessidades. Novas instalações foram construídas, ampliando o espaço oferecido para estudos em grupos e individuais.

Oferece a toda sua comunidade acadêmica serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica, visitas orientadas, acesso à Internet, empréstimos entre bibliotecas, acesso ao Portal Capes e serviços de malotes que atendem as solicitações de obras que não constam no acervo.

O acervo geral é composto por 1973 títulos e 8593 exemplares. Além de livros impressos, a biblioteca possui biblioteca virtual, periódicos e materiais audiovisuais, disponíveis para empréstimo domiciliar e consulta interna dos usuários cadastrados. O Acervo da Biblioteca é aberto, de livre acesso às estantes. A Classificação Decimal de Dewey – CDD é utilizada para determinar os assuntos que representam as obras do acervo e o Código de Catalogação Anglo Americano – AACR2 é aplicado na descrição bibliográfica, definindo as formas de entrada dos dados, padronizando a catalogação a nível internacional e subsidiando o tratamento da informação.

O IFSULDEMINAS é integrante da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), tendo acesso a uma grande coleção de base de dados (mais de 170 coleções – número atualizado em 06/2017) via Portal de Periódicos CAPES/MEC.

22.2 - Instalações, Equipamentos e Laboratórios

O *Campus* Pouso Alegre possui 3 laboratórios de informática devidamente equipados com 40 computadores cada, e neles instalados os sistemas operacionais e aplicativos necessários para o curso em questão. Datashow e lousa também constam nas salas para apoio aos professores. Conta com ferramentas de software instaladas para suprir a necessidade das disciplinas relacionadas à prática do curso, como o exemplo de 40 licenças do Software AUTOCAD, que é disponibilizado gratuitamente para Instituições de Ensino e para estudantes. Também possui instalado a suíte de aplicativos BrOffice utilizada para apoio e outros softwares utilitários. Além disso, com um link de internet exclusivo de mais de 50 Gb, possibilita a utilização de softwares e arquivamentos baseados em nuvens como, por exemplo, *One Drive* (Microsoft) e *Drive* (Google).

Possui também 1 laboratório de Física, ginásio com sala de equipamentos esportivos para a realização das atividades de Educação Física e 3 amplos e bem equipados laboratórios para a 110 disciplina de Química. Complementarmente, possui amplo auditório com capacidade para 200 pessoas para a realização de palestras e eventos extraclasse e um teatro de arena para aproximadamente 100 pessoas.

As aulas práticas utilizam laboratórios específicos, com equipamentos para o desenvolvimento de atividades específicas. O *Campus* possui os seguintes laboratórios:

- Laboratório de Higiene Ocupacional e Ergonomia;
- Laboratório de Equipamento de Proteção Individual;
- Laboratório de Desenho Arquitetônico;
- Laboratório de Informática;
- Laboratório de Suporte Básico à Vida;
- Laboratório de Proteção Contra Incêndios.

Toda essa infraestrutura está disponível também para os cursos EAD que ainda conta com 1 laboratório de informática exclusivo para os alunos dos cursos EAD e com uma coordenadoria de educação a distância cuja equipe mantém o acompanhamento contínuo dos alunos visando assegurar qualidade ao curso e ao atendimento aos discentes.

Quanto ao estúdio de gravação, atualmente o *Campus* utiliza o estúdio da reitoria.

22.3 Infraestrutura dos polos

A pactuação com os Polos de Apoio ocorrerá mediante termo de cooperação, cujas condições devem ser mantidas durante todo o período de oferta do curso.

Os polos de Apoio deverão possuir, no mínimo, a infraestrutura estabelecida no Programa de Apoio à Institucionalização da Educação à Distância no IFSULDEMINAS, Resolução nº 44 de 29 de agosto de 2019.

23 - CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Receberá o diploma de Técnico em Segurança do Trabalho o estudante que tiver sido aprovado, dentro dos prazos de integralização do curso, em todos os componentes curriculares.

O Regimento do IFSULDEMINAS para os cursos subsequentes estabelece que o IFSULDEMINAS expedirá diploma de Técnico de Nível Médio aos que concluírem todas as exigências do curso em que estiver matriculado de acordo com a legislação em vigor. A Diplomação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, modalidade Subsequente, efetivar-se-á somente após o cumprimento, com aprovação em todos os componentes da matriz curricular do projeto pedagógico do curso. A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme o cerimonial do *Campus*, com data prevista no Calendário Escolar. Caso o discente esteja ausente na colação de grau na data prevista no Calendário Escolar, uma nova data será definida pelo Reitor do IFSULDEMINAS ou seu representante legal, conforme sua disponibilidade.

Após a conclusão de todas as disciplinas constantes na matriz curricular do curso, o IFSULDEMINAS – *Campus* Pouso Alegre expedirá o diploma de nível técnico na respectiva habilitação profissional, mencionando o eixo tecnológico em que o mesmo se vincula. Os diplomas de técnico serão acompanhados dos respectivos históricos escolares, que deverão explicitar as competências definidas no perfil profissional de conclusão de curso. O concluinte do curso receberá, após conclusão do curso, o diploma de Técnico em Segurança do Trabalho.

24 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discentes terão 3 (três) anos para a integralização do curso. Passado esse período, serão automaticamente desligados. Em casos de trancamentos e/ou dependências, o campus não se responsabiliza pela oferta de disciplinas que deixaram de ser ofertadas ou que sofreram alterações em eventuais modificações futuras neste Projeto Pedagógico do Curso. Os casos não previstos serão analisados e deliberados pelo Colegiado do curso e/ou CADEM, com auxílio da Supervisão Pedagógica. Uma nova revisão deste documento deverá ser realizada no prazo de 2 (dois) anos, ou a qualquer tempo em que o colegiado do curso deliberar, respeitadas as legislações vigentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154, de 23 de Julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 715/1969, de 39 de julho de 1969**. Altera dispositivo da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.044/1969, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.

BRASIL. **Decreto Nº. 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 6.202/1975, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: acesso em 10 de março de 2014.

BRASIL. **Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação 2015**: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em 11/09/2020.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949/2009, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 2 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 2005**. Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 01/2021, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012**. Define as

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Disponível em: acesso em 17 de Março de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dez. 2004**. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB n. 17/2001, de 3 de julho de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer 14/2009 - MEC/SEESP/DPEE**. Dispõe sobre a Terminalidade Específica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução n. 02/2001, de 14 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 30 de maio de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 02/2012, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB Nº 06/2012, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. XXXIV. 2006. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. ISBN 85-7515-371-4.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. **Ensino Médio e Técnico profissional: disputa de concepções e precariedade**. São Paulo: Jornal Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 6, nº 68, março de 2013,

p.28-29.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da História**. São Paulo: Cortez, 1995.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtiva**. 11. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSULDEMINAS: vigência de 2019 a 2023**. Disponível em: <<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/pdi>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 157/2022, de 02 de fevereiro de 2022**. Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes Indutoras do IFSULDEMINAS para a oferta de cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia e dá outras providências.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 097/2019, de 18 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a aprovação das Normas de Estágio Curricular Supervisionado de Nível Técnico e Superior, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 85/2018, de 20 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a homologação da Resolução “ad referendum” 072/2018 que trata da revogação da Resolução 101/2013, que dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e da Resolução 090/2017 que dispõe sobre a alteração do Regulamento do Auxílio Estudantil – IFSULDEMINAS.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 55/2018, de 22 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas de Cursos da Educação Técnica Profissional de Nível Médio na Educação a Distância.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 031/2014, de 30 de abril de 2014.** Dispõe sobre a aprovação da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSULDEMINAS.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 09/2014, de 13 de março de 2014.** Dispõe sobre a aprovação da alteração da Resolução 057/2011 que trata da Instrução Normativa para a abertura de novos Cursos nos *campi* do IFSULDEMINAS.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 102/2013, de 16 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução IFSULDEMINAS/CONSUP N° 016/2013, de 29 de abril de 2013.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Sistema de Bibliotecas - SIB, do IFSULDEMINAS.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo Nacional dos cursos técnicos.** Edição 2012. Disponível em: acesso em 01 de março de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria MEC n° 646, de 14 de maio de 1997.** Regulamenta a implantação do disposto nos artigos n39 a 42 da Lei n.º 9.394/96 e no Decreto n.º 2.208/97 e dá outras providências.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Rede de educação profissional completa cinco anos de desafios.** Portal do Ministério da Educação, 2013. Disponível em: acesso em 01 de março de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB N° 1, de 21 de Janeiro de 2004.**

Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: acesso em 12 de Março de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB N° 2/2012, de 15 de Junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: acesso em 10 de Março de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 9/2001.** Disponível em: acesso em 17 de Março de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB n°. 39/2004.** Disponível em: acesso em 30 de março de 2015.

MINISTÉRIO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Orientação Normativa n° 7, de 30 de outubro de 2008.** Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: acesso em 15 de março de 2015.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação.** Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos. Curitiba, PR, 2006. 58p. Disponível em: Acesso em: 20/12/2015.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SMOLE, K. C. S. **A Matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Documento Digitalizado Público

PPC atualizado

Assunto: PPC atualizado
Assinado por: Marcel Freire
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcel Freire da Silva, DIRETOR(A) - DIRETOR - POA - DDE**, em 23/11/2023 19:47:19.

Este documento foi armazenado no SUAP em 23/11/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 485802

Código de Autenticação: 7a7e69bba7

